

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE HISTÓRIA**

PEDRO EDUARDO AMBROSI GIACHINI

CONSENSOS E SILÊNCIOS NO LEGISLATIVO MUNICIPAL

UMA ANÁLISE DAS ATAS DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ - SC
(1969-1976)

**CHAPECÓ, SC
2026**

PEDRO EDUARDO AMBROSI GIACHINI

CONSENSOS E SILÊNCIOS NO LEGISLATIVO MUNICIPAL

UMA ANÁLISE DAS ATAS DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ - SC
(1969-1976)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de História da Universidade Federal da
Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção
do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. [Claiton Márcio da Silva](#)

CHAPECÓ
2026

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Giachini, Pedro Eduardo Ambrosi

CONSENSOS E SILÊNCIOS NO LEGISLATIVO MUNICIPAL: Uma análise das atas da câmara de vereadores do município de Chapecó - SC (1969-1976) / Pedro Eduardo Ambrosi Giachini. -- 2026.

53 f.

Orientador: DOUTOR Claiton Marcio da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em História, Chapecó, SC, 2026.

1. DITADURA CIVIL-MILITAR. I. Silva, Claiton Marcio da, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

PEDRO EDUARDO AMBROSI GIACHINI

CONSENSOS E SILÊNCIOS NO LEGISLATIVO MUNICIPAL:

UMA ANÁLISE DAS ATAS DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ - SC
(1969-1976)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de História da Universidade Federal da
Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção
do título de Licenciado em História.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 26 de junho de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **CLAITON MARCIO DA SILVA**
Data: 16/07/2026 10:43:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Claiton Marcio Da Silva
Orientador

Documento assinado digitalmente
 **MONICA HASS**
Data: 14/07/2026 19:11:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Monica Hass - UFFS
Avaliador

Documento assinado digitalmente
 **HUMBERTO JOSE DA ROCHA**
Data: 14/07/2026 17:01:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Humberto José da Rocha – UFFS
Avaliador

Dedico este trabalho aos meus familiares, em especial aos meus pais e à minha companheira, que não pouparam esforços para me apoiar na conclusão desta etapa tão importante.

AGRADECIMENTOS

Ao mesmo tempo em que se mostra uma preciosidade, como demonstram os mais experientes, o tempo passa a ser também um paradigma para aqueles que decidem desfrutar da História. A busca pela compreensão da trajetória humana permite embarcar em fascinantes culturas, sociedades e períodos. Ironicamente, para realizar tal embarque, é necessário dispor do próprio tempo, que, muitas vezes, poderia se traduzir em momentos com familiares, amigos ou mesmo apenas com a própria companhia. De certo modo, é preciso dispor da própria humanidade para compreender o restante do mundo humano. O elemento natural que serve como condição para o ofício de todo historiador é, quem sabe, também o seu maior paradoxo.

Diante disso, agradeço a todos que, em suas próprias trajetórias, de alguma maneira escolheram dispor de seu tempo para participar da minha. Embora não possamos recuperar esse tempo, espero que, da mesma forma, eu também tenha contribuído com o meu. Em especial, estendo meus agradecimentos à minha companheira, à minha mãe, ao meu pai, aos demais familiares e aos amigos, por todo o apoio e incentivo durante esta etapa. Agradeço também ao professor Dr. Claiton Márcio da Silva, por todas as orientações, contribuições e pela atenção dedicada ao desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores de Chapecó, Santa Catarina, entre 1969 e 1976, período marcado pelos efeitos políticos, econômicos e sociais do chamado “milagre econômico” brasileiro. A pesquisa parte de uma perspectiva micro-histórica, compreendendo o espaço local como escala privilegiada para observar dinâmicas políticas específicas do Oeste catarinense e suas possíveis articulações com o contexto nacional da ditadura civil-militar.

A abordagem micro-histórica mostra-se fundamental para esta análise, pois permite examinar como processos amplos, como o autoritarismo, o bipartidarismo e o discurso desenvolvimentista, manifestaram-se no cotidiano institucional de Chapecó. Nesse sentido, a investigação concentra-se nas atas da Câmara Municipal de Vereadores, tomadas como fontes centrais para compreender não apenas o funcionamento político local e seus discursos, mas também a lógica presente nas decisões administrativas que orientavam os projetos de desenvolvimento da cidade.

Palavras-chave: legislativo chapecoense; ditadura civil-militar; desenvolvimento; micro-história; poder local.

ABSTRACT

This study aims to analyze the functioning of the Municipal Council of Chapecó, Santa Catarina, between 1969 and 1976, a period marked by the political, economic, and social effects of Brazil's so-called "Economic Miracle." The research adopts a microhistorical perspective, understanding the local sphere as a privileged scale for observing specific political dynamics in Western Santa Catarina and their possible connections with the national context of the civil-military dictatorship.

The microhistorical approach is fundamental to this analysis, as it makes it possible to examine how broader processes, such as authoritarianism, the two-party system, and developmentalist discourse, manifested themselves in the institutional daily life of Chapecó. In this sense, the research focuses on the minutes of the Municipal Council, taken as central sources for understanding not only local political practices and discourses, but also the logic underlying the administrative decisions that guided the city's development projects.

Keywords: Chapecó Municipal Council; civil-military dictatorship; development; microhistory; local power.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	9
CAPÍTULO I — Do Cenário Pós-Cassação à Campanha de 1972	17
CAPÍTULO II — O Desenvolvimento como Consenso: 1973 a 1976	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
FONTES	49
REFERÊNCIAS	52

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A ditadura civil-militar brasileira compreende o período entre 1964 e 1985, sendo marcada por diferentes formas de violência política, institucional e simbólica. Instaurado sob o argumento de conter uma suposta crise nacional e restaurar a ordem, o regime promoveu a concentração de poder nas mãos das autoridades militares e de seus apoiadores civis, restringindo direitos, perseguindo opositores e reorganizando as instituições brasileiras segundo uma lógica autoritária. Diversos estudos e documentos demonstram as violações cometidas nesse período, como evidenciam os relatórios da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2015). Como instrumentos de validação jurídica dessas práticas, foram editados os Atos Institucionais, normas com força de lei que redefiniram o funcionamento do Estado, permitindo desde a legitimação da ruptura de 1964 até a suspensão de garantias constitucionais, a cassação de mandatos e a imposição de novas formas de controle político.

Nesse contexto, o Ato Institucional nº 5, promulgado em 1968, destaca-se como o mais emblemático entre os dezessete Atos Institucionais. O AI-5 autorizou o fechamento do Congresso Nacional, ampliou os poderes do Presidente da República, permitiu a cassação de mandatos, a suspensão de direitos políticos, a intervenção em estados e municípios e a suspensão do *habeas corpus* para crimes políticos. Ao restringir mecanismos básicos de defesa jurídica, como o *habeas corpus* — garantia destinada à proteção do direito de ir e vir e à prevenção de prisões ilegais —, o regime criou condições institucionais para o aprofundamento da repressão, da censura e das práticas de violência de Estado.

Foi nesse cenário que, em 1969, as autoridades intervieram no poder local chapecoense por meio da cassação do prefeito Sadi José de Marco. Figura política relevante na região Oeste de Santa Catarina, Sadi passou a ser tratado como obstáculo aos interesses dos grupos políticos que se organizavam sob a ordem autoritária, ainda que sua administração também mobilizasse discursos de desenvolvimento e modernização infraestrutural, semelhantes, em certos aspectos, à retórica tecnicista difundida pelo próprio regime militar. Naquele período, Chapecó era um município com aproximadamente 50 mil habitantes, situado no interior do país. O caso evidencia que a repressão ditatorial não se restringiu às grandes metrópoles, alcançando também municípios interioranos e demonstrando a capilaridade do

autoritarismo nas relações políticas locais.

Para promover os estudos sobre o cenário posterior a este episódio, visto que já existem obras que tratam sobre a cassação de De Marco, utiliza-se como corrente teórica a Nova História Política, que, ao deslocar seu foco das instituições formais para as práticas e representações políticas, oferece as ferramentas para compreender como o poder se manifesta em espaços aparentemente burocráticos como a Câmara Municipal. Conforme argumenta René Rémond, a política não se reduz às disputas eleitorais ou às grandes decisões de Estado. Ela se infiltra nas relações sociais, nos gestos administrativos e nas formas de justificar decisões (RÉMOND, 2003). A análise das atas, portanto, não busca nelas a descrição fiel do debate político, mas as marcas deixadas por um regime que, mesmo quando não aparece nomeado, se faz presente impondo sua vontade.

Outro fator importante para compreender o período é a composição da Câmara de vereadores. Diante disso, a composição partidária apresentada foi elaborada a partir dos nomes recorrentes nas atas da Câmara Municipal de Chapecó, confrontados com os resultados eleitorais disponíveis no Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE). É necessário esclarecer que não foi elaborado quadro referente à composição da Câmara Municipal de Chapecó no ano de 1969, uma vez que o objetivo central deste trabalho consiste em analisar o período posterior à cassação do prefeito Sadi José de Marco, eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro, compreendido aqui como momento de reorganização política e institucional do Legislativo municipal. Ainda assim, o intervalo entre 1969 e o início de 1970 deve ser mencionado como período de transição, pois corresponde ao momento imediatamente posterior à ruptura provocada pela cassação e antecede a consolidação da legislatura eleita em 30 de novembro de 1969.

Nesse contexto, destaca-se a presença do vereador Valdomiro Santos, da ARENA, que presidiu a Câmara Municipal entre 6 de maio de 1969 e 31 de janeiro de 1970. Sua menção justifica-se pelo fato de ter ocupado a presidência da Casa em um momento politicamente sensível, marcado pelos desdobramentos imediatos da cassação de Sadi José de Marco e pela reorganização das forças políticas locais a partir da instalação do bipartidarismo com a promulgação do Ato Institucional nº 2 (AI-2) e a criação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido apoiador dos ditadores e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), oposição consentida. Dessa forma, embora o ano de 1969 não tenha sido sistematizado em quadro próprio, sua

consideração como marco de transição é relevante para compreender as condições institucionais que antecederam o período central da análise, delimitado entre 1970 e 1976.

1. Composição partidária da Câmara Municipal de Chapecó (1970 - 1972)

Quadro 1 – Composição partidária da Câmara Municipal de Chapecó (1970-1972)	
ARENA	MDB
Ivan Bertaso	Antônio Menezes de Lima
Juarez Mendes	Orlei Figueiredo Caldas
Jacob Gisi	Vitório Nissola
Rivadavia Scheffer	Emídio Batistello
Ludovico Júlio Tozzo	Arlindo Desconsi
Carlos Alberto Bellei	
Jandir Bellini	
Antônio Dal Piva	

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas atas da Câmara Municipal de Chapecó referentes às sessões de 1970 a 1972 e nos resultados eleitorais do TRE-SC referentes à eleição municipal de 30 de novembro de 1969 (CHAPECÓ, 1970-1972; SANTA CATARINA, [1969]).

2. Composição partidária da Câmara Municipal de Chapecó (1973 - 1976)

Quadro 2 – Composição partidária da Câmara Municipal de Chapecó (1973-1976)	
ARENA	MDB
Waldomiro Santos	Arlindo Desconsi
Ledônio F. Migliorini	Antônio F. de Carvalho
Rivadavia Scheffer	Vitório Nissola
Ivo Fiorentin	Edir Santo Damo
Vitor Batista Nunes	Emídio Batistello
Nilvo Hêmio Hoen	
Chisto Romano Cella	
Ernesto Luiz Pasqualli	

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas atas da Câmara Municipal de Chapecó referentes às

sessões de 1973 a 1976 e nos resultados eleitorais do TRE-SC referentes à eleição municipal de 15 de novembro de 1972 (CHAPECÓ, 1973-1977; SANTA CATARINA, [1972]).

3. Síntese da composição partidária da Câmara Municipal de Chapecó (1970-1976)

Síntese da composição partidária da Câmara Municipal de Chapecó (1970-1976)				
Ano	ARENA	MDB	Total de vereadores	Observação
1970	8	5	13	Legislatura eleita em 30 de novembro de 1969
1971	8	5	13	Continuidade da legislatura eleita em 1969
1972	8	5	13	Último ano da legislatura eleita em 1969
1973	8	5	13	Início da legislatura eleita em 15 de novembro de 1972
1974	8	5	13	Continuidade da legislatura eleita em 1972
1975	8	5	13	Continuidade da legislatura eleita em 1972
1976	8	5	13	Último ano do recorte temporal do TCC

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas atas da Câmara Municipal de Chapecó referentes aos períodos de 1970-1972, 1972-1973 e 1973-1977, bem como nos resultados eleitorais do TRE-SC referentes às eleições municipais de 1969 e 1972 (CHAPECÓ, 1970-1972; CHAPECÓ, 1972-1973; CHAPECÓ, 1973-1977; SANTA CATARINA, [1969], [1972]).

Ao tratar de metodologia, a escolha pela Nova História Política permite compreender a Câmara Municipal não apenas como instituição formal, mas como espaço de produção de práticas, discursos e representações políticas. Nessa perspectiva, o político não se limita às grandes decisões de Estado ou aos processos eleitorais, mas também se manifesta nas formas de participação, nas relações partidárias, nos ritos institucionais, nas palavras utilizadas pelos agentes públicos e nas maneiras pelas quais determinados conflitos são registrados ou silenciados. Assim, as atas da Câmara Municipal de Chapecó podem ser analisadas como documentos que, para além de sua função administrativa, revelam parte da cultura política local e das formas pelas quais o poder era exercido no cotidiano institucional (RÉMOND, 2003).

Trata-se, assim, de articular três dimensões: o conteúdo explícito das falas parlamentares, o contexto nacional que as enquadra e as ausências que estruturam o

documento. A micro-história, ao privilegiar a escala reduzida dos acontecimentos, permite iluminar dinâmicas que se perdem nas análises de escopo mais amplo. Chapecó surge, então, não como exceção, mas como caso exemplar de como o regime militar foi administrado localmente por meio de negociações entre elites, controle de adversários e disputas discursivas. O desenvolvimento era a moeda de troca: verbas federais e estaduais chegavam para obras viárias e infraestrutura, e em troca, o município entregava ordem política e alinhamento ideológico.

O uso das atas como fonte primária considera essa interpretação. Elas não são tomadas como registros neutros, mas como textos que cumprem uma função política: formalizar decisões, registrar consensos e delimitar aquilo que pode ou não ser dito no espaço público. Ao mesmo tempo, sua linguagem excessivamente técnica, sua ênfase na “normalidade” administrativa e sua insistência em homenagens e votos de louvor sugerem uma estratégia retórica específica: apresentar o legislativo como instituição ordeira, eficiente e alinhada ao projeto nacional de desenvolvimento.

Mesmo quando críticas surgem, sobretudo pelas vozes do MDB, elas são rapidamente absorvidas pelo vocabulário técnico ou contornadas por exigências burocráticas. Quando o vereador Armino Colatto (MDB) denuncia a ameaça de retirada de um gabinete dentário ambulante caso a oposição vencesse as eleições, seu aviso é desqualificado pelo argumento de que “a Casa não recebe denúncias”, deslocando o conflito político para o terreno da formalidade processual. Da mesma forma, quando vereadores do MDB tentam prestar solidariedade ao deputado estadual cassado Genir Destri (MDB), o presidente da Câmara intervém afirmando que a cassação foi “ato do Presidente da República”, encerrando a discussão. Esses episódios revelam a dinâmica de um legislativo que, sob vigilância, operava num regime de liberdade condicionada.

Tais evidências revelam que a política municipal no imediato pós-cassação de Sadi de Marco foi administrada mediante um regime de consensos forçados, em que a divergência era tolerada apenas enquanto preservava as aparências do jogo democrático. A oposição existente no MDB, herdeira de parte do trabalhismo local e também de antigos quadros udenistas, aparece nas atas como uma força hesitante, que ora ensaia gestos de resistência, ora se submete à lógica dominante. A ambiguidade é compreensível: tratava-se de um período em que qualquer contestação mais incisiva podia ser interpretada como afronta ao regime, gerando consequências jurídicas, políticas e até policiais. A Câmara, nesse sentido, funcionava como um

espaço de legitimação controlada, no qual era possível divergir, desde que isso não ameaçasse a estabilidade do sistema autoritário.

O discurso do progresso, central para o imaginário desenvolvimentista do presidente Emilio Garrastazu Médici, que governou de 1969 a 1974, cumpre papel fundamental nesse processo. Em diversas passagens das atas observa-se que as discussões sobre obras públicas, investimentos em infraestrutura, modernização urbana e aquisição de maquinário não são apenas recorrentes, mas também frequentemente tratadas como prioridades absolutas do município. A retórica da eficiência, frequentemente evocada com expressões como “desenvolvimento”, “planejamento”, “viabilidade técnica”, aparece como linguagem que une regime e oposição, dissolvendo o conflito político e deslocando o foco da discussão para o campo técnico-administrativo. Ao mesmo tempo, essa retórica funcionava como justificativa para decisões que reforçam alianças entre o poder público e setores empresariais emergentes, como no caso das concessões feitas à Sadia S/A, cujas doações de terrenos e incentivos fiscais aparecem nas atas como medidas incontestáveis, aprovadas por unanimidade.

A centralidade do progresso como eixo de legitimação política não pode ser vista como característica isolada de Chapecó. A historiografia mais recente tem destacado que o regime militar utilizou a narrativa desenvolvimentista como instrumento simbólico de coesão nacional, transformando o crescimento econômico em prova de eficiência administrativa e, portanto, de superioridade política. No Oeste de Santa Catarina, conforme analisam Mônica Hass e Claiton Silva, essa retórica encontrou terreno fértil, pois se articula a um ideal local mais antigo, que desde a década de 1950 vinculava o futuro da região à industrialização da agropecuária e à instalação de frigoríficos, cooperativas e usinas. A política municipal, assim, se alinhava à política nacional de modo orgânico: ambas se sustentam na promessa de modernização acelerada que justificava a supressão do conflito político sob o argumento da necessidade de desenvolvimento.

Nesse sentido, o discurso desenvolvimentista observado nas atas não surgiu de forma isolada durante a década de 1970. Ele dialogava com uma construção anterior da política chapecoense, na qual a ideia de progresso passou a fundamentar um projeto de hegemonia política e econômica no município. Conforme analisam Silva e Hass, desde as décadas de 1950 e 1960 o progresso deixou de ser apenas um conceito abstrato e passou a organizar diferentes interesses políticos e econômicos

em torno da agroindústria, da infraestrutura regional e da construção de uma imagem positiva para Chapecó (SILVA; HASS, 2017).

Essa análise reforça a importância de observar as atas não apenas como registros administrativos, mas como encenações discursivas de um projeto mais amplo. Quando vereadores agradecem ao prefeito por sua “magnânima administração” ou quando parabenizam autoridades militares, não estão apenas cumprindo formalidade institucional, estão reiterando sua adesão a uma ordem política que se pretendia consensual. Do mesmo modo, quando denúncias são abafadas sob pretexto de formalidades regimentais, ou quando a solidariedade a um político cassado é vetada por ser “ato do Presidente da República”, esses momentos não revelam apenas a força do Executivo Federal, mas a interiorização das regras do jogo autoritário por parte dos legisladores locais.

É nesse sentido que a micro-história, ao privilegiar a investigação de episódios específicos, permite compreender como a ditadura se reproduziu nos municípios. A cassação de Sadi De Marco e seus desdobramentos não representam apenas um conflito pontual, mas um ponto de inflexão que reorganizou a política chapecoense. Sem lideranças populares articuladas e sob vigilância constante, a oposição passou a atuar de forma cautelosa, adaptando-se à nova realidade. A Câmara tornou-se o espaço onde essa adaptação se materializou de maneira mais evidente.

O objetivo geral deste trabalho é, portanto, analisar como as relações entre o governo federal e o governo municipal de Chapecó, articuladas no contexto autoritário do regime civil-militar, instrumentalizaram a máquina pública para consolidar alianças, neutralizar conflitos e legitimar projetos de desenvolvimento. Deste objetivo geral, desdobram-se os seguintes objetivos específicos: 1) Analisar o perfil dos vereadores e gestores municipais do período, compreendendo suas filiações políticas, suas bases de apoio e suas relações com as oligarquias regionais descritas por Monica Hass; 2) Investigar como o discurso do ‘progresso’ foi utilizado nas atas da Câmara para legitimar decisões administrativas e ocultar conflitos sociais, dialogando com a perspectiva de Claiton da Silva; 3) Compreender o processo político local, observando como o alinhamento com o governo federal foi determinante para garantir a continuidade da estrutura de poder.

Para alcançar os objetivos propostos, este Trabalho de Conclusão de Curso será estruturado em dois capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No Capítulo 1, intitulado ‘Do Cenário Pós-Cassação à Campanha de 1972’, iremos

aprofundar a análise documental de 1969 a 1973 para demonstrar a subjetividade dos conflitos políticos. No Capítulo 2, intitulado 'O Desenvolvimento como Consenso: 1973 a 1976', avançaremos para a análise de como esse pano de fundo consolidou as diretrizes políticas tidas como fator comum à hegemonia política da ARENA até 1976.

Outrossim, é preciso considerar o próprio caráter de redação da ata enquanto documento oficial, uma vez que sua finalidade não é registrar integralmente discursos ou conflitos políticos, mas formalizar a realização das sessões, indicar presentes e ausentes, registrar pautas, votações e encaminhamentos administrativos. Por isso, muitas vezes, a ata informa apenas a aprovação de determinado projeto, sem apresentar maiores detalhes sobre os argumentos, divergências ou interesses envolvidos. Nesse sentido, a análise das atas deve considerar tanto o que está registrado quanto aquilo que permanece ausente, pois a linguagem técnica e burocrática também contribui para construir uma imagem de normalidade, ordem e eficiência no funcionamento da Câmara Municipal.

As atas utilizadas neste trabalho foram citadas pelo sistema autor-data, conforme a identificação da Câmara Municipal de Chapecó como entidade produtora da documentação. Para diferenciar atas produzidas em um mesmo ano, adotou-se a indicação alfabética após o ano, conforme a ordem de utilização no texto, como em CHAPECÓ, 1969a, CHAPECÓ, 1969b e assim sucessivamente.

CAPÍTULO I

Do Cenário Pós-Cassação à Campanha de 1972

Ao voltarmos o olhar para o interior do Brasil durante o período da ditadura civil-militar, especificamente para o município de Chapecó, no oeste de Santa Catarina, entre os anos de 1969 e 1976, percebe-se um cenário onde o discurso desenvolvimentista, abrangente a nível nacional, está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento econômico como estratégia de dominação política. As relações que sustentam o poder local neste município tornam evidente que a ditadura não operou como uma força homogênea imposta verticalmente, mas como uma engrenagem complexa em que as elites se entrelaçam para produzir um ambiente político marcado ao mesmo tempo pelo silenciamento e pela construção de consensos. A partir disso, examinar esse processo é fundamental para compreender como o projeto autoritário se enraizou nos cotidianos municipais, moldando instituições, discursos e práticas administrativas.

O trabalho propõe-se a analisar, a partir de uma perspectiva micro-histórica, as interações políticas travadas no interior da Câmara de Vereadores de Chapecó entre 1969 e 1976, período que coincide com o endurecimento máximo do regime após o Ato Institucional nº 5 (AI-5). A indagação que orienta este trabalho busca entender como as práticas discursivas e administrativas locais se articularam com o projeto autoritário em escala nacional.

Para obter as respostas, é imprescindível pontuar a cassação de Sadi no contexto das disputas históricas pelo comando político do município. Chapecó não pode ser compreendida fora das relações de poder estabelecidas desde sua fundação, fortemente marcadas pela presença das companhias colonizadoras e das famílias que delas derivaram poder político e prestígio social. Como demonstra Monica Hass em sua obra sobre a elite chapecoense, a estrutura política local esteve vinculada ao domínio fundiário e às redes de dependência estabelecidas pelas companhias colonizadoras, em especial à Colonizadora Bertaso. Para a autora, esta elite se organizou como uma “elite proprietária”, cuja autoridade deriva da capacidade de controlar o acesso à terra, ao crédito, ao emprego e, por consequência, ao voto (HASS, 2000). A política municipal, nesse sentido, funciona como extensão dessa ordem social, voltada para a conciliação entre famílias influentes ao invés da competição entre projetos políticos distintos.

Sadi José de Marco, eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1965, com forte apelo entre camadas populares urbanas e rurais, refletia mudanças sociais em curso no município, incluindo o crescimento urbano e a diversificação econômica. Contudo, para os grupos historicamente dominantes, sua vitória simbolizava uma ameaça à ordem vigente. Como argumenta Claiton Marcio da Silva, a cassação de Sadi em 1969 não pode ser interpretada como uma decisão isolada do governo federal, mas como o resultado de uma articulação complexa entre elites locais e órgãos repressivos da ditadura. A produção de dossiês acusando o prefeito de corrupção e simpatia por ideais comunistas demonstra que sua queda foi cuidadosamente construída, e não apenas oportunamente aproveitada (SILVA, 2014). A ditadura, nesse contexto, atuou como ferramenta das elites, oferecendo os meios legais e coercitivos para eliminar um adversário político que havia escapado ao controle das estruturas tradicionais.

Com Sadi afastado, abriu-se espaço para que os membros locais da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) — partido oficial dos ditadores — ocupassem lugares estratégicos para estar novamente com o poder, considerando a esfera municipal. É nesse momento que a Câmara de Vereadores se torna um espaço privilegiado para compreender como o autoritarismo se manifestou nesta esfera, não através de discursos explícitos de repressão, mas pela construção de uma normalidade administrativa que se estruturava a partir da lógica tecnicista, sustentada pelo silêncio das partes sobre o cenário político nacional.

Embora o contexto nacional fosse de intensificação da violência estatal, censura e suspensão dos direitos civis, as atas registram um ambiente de aparente estabilidade. Seu conteúdo é dominado por temas técnicos, pedidos de informações, votação de projetos administrativos e expressões de cordialidade entre vereadores da ARENA e do MDB. Essa aparência de normalidade, contudo, não pode ser tomada de forma ingênua. Como alerta Marc Bloch, documentos oficiais não traduzem a realidade histórica de forma transparente, são testemunhos involuntários que revelam tanto o que dizem quanto o que silenciam (BLOCH, 2002). A leitura das atas permite observar que a ausência de discussão explícita sobre a cassação de Sadi, sobre a repressão política na região ou sobre o clima de medo instaurado após 1969 não significa ausência de conflitos, mas sim sua neutralização através do discurso técnico-administrativo.

A cassação de Sadi José de Marco, em abril de 1969, representou um abalo

político profundo no município de Chapecó. Não apenas porque retirava do poder um prefeito legitimamente eleito, com forte apoio popular, mas porque ordenava as relações políticas locais em consonância com a lógica autoritária imposta pelo regime militar após o AI-5. Esse momento de ruptura inaugurou um período marcado por ambiguidades, tensões e ajustes, em que a Câmara Municipal se viu diante da necessidade de reposicionar-se institucionalmente. Ao mesmo tempo em que preservava a aparência de normalidade democrática, passava a operar sob vigilância, expectativa e pressão. Esse capítulo busca reconstruir esse período inicial, de 1969 a 1972, analisando as práticas discursivas, os silêncios, os gestos de conciliação e as estratégias políticas que emergem das atas legislativas e que revelam, de maneira minuciosa, como o autoritarismo se entranhou no cotidiano institucional chapecoense.

A primeira evidência significativa desse novo cenário está na própria materialidade das atas produzidas ao longo de 1969. As sessões imediatamente posteriores à cassação não contêm qualquer referência explícita ao evento que reorganiza a política local. A Câmara inicia suas reuniões retomando assuntos administrativos do cotidiano, como se nada tivesse acontecido. Em 11 de agosto de 1969, por exemplo, a ata registra a leitura de ofícios sobre juros de mora, dívida ativa e a realização de um seminário de administração municipal promovido pelo Seminário Nacional de Gestão Fiscal Municipal – SENAM (CHAPECÓ, 1969a). Nada remete ao ocorrido daquele ano, nem ao fato de o município ter sido diretamente impactado por uma decisão federal extrema. Essa postura revela o esforço de construir, formalmente, uma rotina administrativa, pois a normalidade funciona aqui como performance política: um modo de comunicar adesão, estabilidade e alinhamento com a nova ordem instaurada. A burocracia se converte em método para servir de escudo.

Essa tentativa de normalização não deve ser considerada como um processo neutro. Ao contrário, ela evidencia o deslocamento da Câmara para um papel secundário na vida política municipal, adaptando-se rapidamente às imposições e expectativas do regime. A discussão sobre o convite ao “Seminário de Administração Municipal”, enviado pela Prefeitura de Lages, é sintomática. A incorporação do discurso tecnocrático, promovido pelo governo federal como ideal de gestão eficiente, já começava a se refletir na Câmara chapecoense. A valorização de cursos, seminários e assessorias técnicas era mais do que interesse administrativo: era um gesto de alinhamento político, pois simbolizava a adoção de um vocabulário e de uma racionalidade próprias do período. O regime militar buscava legitimar-se através da

promessa de eficiência, planejamento e modernização. A Câmara, ao aderir esses elementos, demonstrava compreensão das novas formas de legitimação que se impunham. Mas se a tecnocracia funcionava como linguagem de integração ao regime, o silêncio estratégico operava como forma de evitar conflitos. Ele se manifesta não apenas na ausência de menção à cassação, mas também na ocultação dos mecanismos repressivos que se seguiram ao afastamento de Sadi. As atas não registram tensões sociais, mobilizações populares, prisões ou perseguições, apesar de sabermos, pela historiografia regional, que tais eventos marcaram profundamente a vida chapecoense naquele período. O que aparece é uma Câmara confinada aos limites de um discurso administrativo que, ao remover a política do centro do debate, cria as condições para que o desenvolvimentismo se torne o fundamento político.

Essa transformação se torna ainda mais visível quando observamos como os vereadores lidam com temas sensíveis. Um dos casos é o debate sobre o uso do Decreto-Lei 201, instrumento jurídico da ditadura para punir prefeitos e vereadores, ocorrido na sessão legislativa datada de 02 de fevereiro de 1971. Em ata, Rivadávia Scheffer, um dos principais articuladores arenistas, defende que determinadas irregularidades denunciadas deveriam ser encaminhadas à Justiça, invocando o decreto como fundamento legal. Ao fazê-lo, afirma não buscar “vingança”, mas “justiça” (CHAPECÓ, 1971a). A discussão é rápida e não aprofunda as acusações, mas cumpre função clara: reafirmar que a legalidade vigente — ainda que autoritária — é o parâmetro a ser seguido. A escolha de palavras é estratégica. “Justiça” surge como conceito moralizante que substitui o debate político, permitindo que decisões de caráter nitidamente repressivo sejam apresentadas como meras correções técnicas.

Enquanto isso, quando o MDB busca resistir, suas falas são frequentemente desarmadas por mecanismos regimentais ou deslocadas para o campo da formalidade processual. Em agosto de 1969, o vereador Armindo Colatto tentou denunciar um caso de coação eleitoral envolvendo um gabinete dentário ambulante. Sua fala não é enfrentada politicamente, pelo contrário, é devolvida como questão de procedimento: Scheffer o adverte de que “a Casa não recebe denúncias”, instruindo-o a encaminhar a queixa por escrito ao Juiz Eleitoral (CHAPECÓ, 1969b). O conflito político desaparece na burocracia. O gesto revela dupla função: impede que a denúncia ganhe dimensão pública dentro da Câmara e reafirma que o espaço legítimo de contestação política está restrito às vias oficiais, todas elas controladas direta ou indiretamente pelo regime.

Outro silêncio revelador aparece na recusa formal em enviar solidariedade ao deputado cassado Genir Destri. Em ata referente à discussão, datada de 20 de outubro de 1969, Colatto, em nome do MDB, propõe que a Câmara manifeste apoio à família do parlamentar. Scheffer reage prontamente, afirmando que a cassação foi “ato do Presidente da República” e, por isso, não cabia manifestação da Câmara Municipal. O presidente da casa acata o argumento e a proposta é rejeitada (CHAPECÓ, 1969c). Essa dinâmica expõe os limites estreitos dentro dos quais era permitido aos vereadores se moverem: contestar o ato presidencial equivaleria a afrontar o regime. O silêncio, novamente, é imposto não apenas pela prudência, mas como regra de sobrevivência institucional. Paralelamente aos silêncios, porém, a Câmara vai cultivando e reforçando consensos, sobretudo ao redor da ideia de desenvolvimento. Essa linguagem é central na construção da nova ordem local. O Plano de Desenvolvimento Integrado do Ministério do Interior, por exemplo, é citado em 1969 como justificativa para acelerar decisões e para projetar Chapecó como “município prioritário” nas políticas federais. Essa autoclassificação não é apenas administrativa: é um gesto político de aproximação ao governo federal. Ela legitima o Executivo municipal e produz um discurso de otimismo que se sobrepõe às tensões políticas do pós-cassação.

Os vereadores utilizam, inclusive, acontecimentos internacionais para reforçar essa retórica modernizadora. Quando Colatto afirma, conforme ata datada em 18 de agosto de 1969, que “estamos na era em que os homens conquistam o espaço e chegam à lua”, não se trata de mero comentário sobre a corrida espacial, é uma afirmação simbólica de que o futuro chegou e de que o município deve se adaptar a ele com urgência (CHAPECÓ, 1969d). A modernidade global serve de argumento para a adoção de políticas locais alinhadas ao desenvolvimentismo autoritário do governo Médici. Nesse mesmo espírito, quando Emídio Batistello declara, conforme mesma ata, que “o tempo da manivela já passou” para defender a modernização do sistema telefônico municipal, mobiliza uma metáfora que sintetiza o sentimento predominante na Câmara: o atraso não é apenas inconveniente, é vergonhoso (CHAPECÓ, 1969d).

Esses discursos, aparentemente desconectados dos grandes debates políticos, cumprem função importante na organização do poder local. Eles favorecem a ARENA ao deslocar a política para o terreno da técnica, ao mesmo tempo em que exigem da oposição uma postura colaborativa. Como resistir ao progresso? Como questionar

investimentos em infraestrutura sem parecer contrário ao bem-estar da comunidade? O desenvolvimentismo, assim, funciona como dispositivo de neutralização do conflito, transformando divergências políticas em diferenças secundárias diante de um objetivo maior — modernizar Chapecó.

A produção de consensos dentro da Câmara se manifesta, também, em gestos que ultrapassam a mera concordância administrativa e se aproximam da cooptação discursiva. As atas sugerem que a oposição abdica parcialmente de sua função fiscalizadora e contribui para a construção narrativa de que a nova gestão é eficiente, generosa e, sobretudo, indiscutível. Essa subjetividade da oposição não deve ser compreendida como resultado de ingenuidade política, mas como efeito direto do contexto autoritário, que limitava a atuação crítica e ampliava os riscos associados à contestação. A retórica conciliatória, nesse sentido, funcionava como estratégia de sobrevivência. Ao elogiar o Executivo, o MDB preservava-se de conflitos mais intensos, demonstrando sua disposição de colaborar com a administração. Essa disposição era, por sua vez, capitalizada pela ARENA, que encontrava no consenso uma forma eficaz de consolidar o poder.

Além de elogios, outro indicador de cooptação simbólica está nas reiteradas manifestações de reconhecimento às autoridades responsáveis pelo sistema eleitoral, especialmente os juízes eleitorais. Em ata de 1969, registra-se o voto de louvor ao juiz da comarca, exaltado por sua “conduta” e pela forma como conduzia os processos eleitorais (CHAPECÓ, 1969e). Em um contexto de cassações, vigilância e repressão, esse tipo de louvor não é um mero cumprimento protocolar: é sinal de assentimento, de aceitação das regras do jogo impostas pelo regime, e de alinhamento com a institucionalidade que sustentava o autoritarismo. O elogio ao juiz atua como gesto de legitimidade política e moral, projetando a mensagem de que as instituições funcionam de modo ordeiro e correto, mesmo quando sabemos, pela historiografia, que tais instituições estavam profundamente atravessadas pelas arbitrariedades do Estado de exceção.

O funcionamento concêntrico da Câmara, no qual regime e oposição se aproximam para construir um discurso comum sobre o desenvolvimento e sobre a ordem política, revela também uma dimensão menos visível, mas não menos importante: a fragilidade da fiscalização pública. Percebe-se a partir das atas que o espaço legislativo funciona, nesse período, mais como homologador das decisões do Executivo do que como espaço de debate. Os projetos enviados pelo prefeito são

aprovados com rapidez e unanimidade, e raramente surgem questionamentos substanciais sobre suas motivações ou consequências. A prática revela um desequilíbrio de poder que ecoa a própria estrutura autoritária nacional: o Executivo comanda, o Legislativo ratifica. A correlação de forças, mesmo quando não formalizada, é evidente. Essa lógica fica ainda mais clara quando observamos a entrada de figuras da elite local na Câmara. Em 1970, a presença do vereador Dr. Ivan Bertaso, membro de uma das famílias historicamente dominantes de Chapecó, cuja influência era menor se comparada às décadas anteriores, evidencia a recomposição das antigas parentelas políticas descritas por Mônica Hass. A retomada de posições institucionais por membros das elites tradicionais após a cassação de Sadi sugere que o período autoritário funcionou como correia de transmissão para a restauração de poderes oligárquicos. As atas não descrevem explicitamente esse processo, mas este é percebido nas decisões aprovadas, nas presenças registradas e na naturalidade com que certos projetos são encaminhados e votados.

As relações entre o Legislativo e as elites econômicas tornam-se especialmente visíveis quando analisamos as decisões que envolvem grandes empresas da região. Os processos que tratam da doação de terrenos e concessões fiscais à Sadia S/A, por exemplo, são notáveis. Em 1970, por meio do processo nº 104/70, a Câmara aprovou, de forma unânime, a aquisição de 100.000 m² de terras a serem entregues à empresa, seguida pouco tempo depois de nova complementação de 50.000 m² (CHAPECÓ, 1970a). Essas operações, justificadas sob o argumento de promover o desenvolvimento industrial de Chapecó, revelam um entrelaçamento crescente entre o setor público e o setor agroindustrial. A expansão da Sadia não é apenas um fenômeno econômico, é um projeto político que redefine as prioridades orçamentárias, a organização urbana e a própria estrutura social do município. O silêncio sobre possíveis impactos sociais ou ambientais das concessões reforça o caráter unilateral do processo decisório.

A centralidade da Sadia e de outros setores agroindustriais nas decisões municipais deve ser compreendida dentro de um processo mais amplo de reorganização econômica do Oeste catarinense. A expansão da agroindústria exigia investimentos em infraestrutura, transporte, energia e circulação de mercadorias, o que aproximava interesses privados e ações do poder público. Como demonstram Silva e Hass, o crescimento desse modelo produtivo contribuiu para formar um consenso em torno do desenvolvimento regional, no qual diferentes grupos políticos passaram a

reconhecer a agroindústria como eixo estratégico para o futuro de Chapecó (SILVA; HASS, 2017). Nesse contexto, as decisões da Câmara relacionadas à concessão de terras, incentivos e infraestrutura não aparecem como medidas isoladas, mas como parte de uma política local alinhada à consolidação do projeto desenvolvimentista do governo militar.

Esse alinhamento entre poder público e elites econômicas não se restringe à Sadia. A aprovação de projetos que envolvem investimentos em maquinário, renúncia fiscal e criação de cargos técnicos evidencia uma lógica administrativa orientada para fortalecer a infraestrutura necessária ao modelo de desenvolvimento agroindustrial que se consolidava no oeste catarinense. O Legislativo, ao aprovar esses projetos sem disputa significativa, contribui para naturalizar a associação entre crescimento econômico e ausência de conflito político. É como se, uma vez aceita a premissa de que o futuro de Chapecó dependia da modernização, qualquer questionamento tivesse automaticamente seu campo de legitimidade reduzido.

Se por um lado a Câmara legitima decisões estruturais de impacto econômico, por outro ela se ocupa de temas que, embora menores, funcionam como termômetro das relações políticas em curso. A tentativa de cancelar dívidas de grandes proprietários, aprovada discretamente, contrasta com a rigidez aplicada a pedidos de isenção de viúvas e mulheres de baixa renda. Essa seletividade na concessão de benefícios não é apenas expressão de desigualdades sociais, ela revela uma concepção hierárquica de cidadania, na qual determinados sujeitos, geralmente vinculados a grupos influentes, possuem acesso facilitado às prerrogativas do Estado, enquanto outros são mantidos à margem, submetidos às exigências burocráticas e à rigidez normativa. As atas registram esses episódios como fatos administrativos, mas a correlação entre beneficiários e sua posição social é suficientemente reveladora para indicar a persistência de práticas seletivas e clientelistas sob o manto da neutralidade administrativa.

Ao mesmo tempo, a Câmara revela imensa disposição para destinar recursos públicos a atividades culturais e esportivas, sobretudo aquelas que, segundo a retórica dos vereadores, “congregam todas as classes sociais”. O caso do auxílio ao Grêmio Esportivo Industrial, aprovado com entusiasmo, destaca-se por revelar uma dimensão simbólica da política municipal: o futebol funciona como instrumento de coesão social e, portanto, como ferramenta de gestão da ordem pública. Ao apoiar tais iniciativas, o Legislativo reforça a ideia de que a administração municipal, ao mesmo tempo em que

promove o progresso econômico, também se preocupa com a construção de um senso de comunidade. O consenso fabricado em torno dessas decisões contribui para minimizar tensões e fortalecer a imagem de um governo eficiente e socialmente sensível.

Essa ambivalência entre seletividade severa com os pobres, flexibilidade com as elites e entusiasmo com atividades de integração social desenha um retrato claro das prioridades políticas do período. A Câmara assume um papel ativo na construção de uma imagem de governabilidade que se apoia no desenvolvimento, na ordem e na conciliação, mas que evita enfrentar as desigualdades e conflitos que atravessam a sociedade chapecoense. A ausência de debates sobre violência policial, repressão política ou perseguição a apoiadores de Sadi — temas presentes na historiografia e nas memórias locais — não é, portanto, casual. É uma escolha política, condicionada pela estrutura autoritária do regime e reproduzida pelas práticas discursivas do Legislativo. A consolidação desse ambiente de consenso não elimina totalmente os conflitos, mas os transforma em divergências administráveis, esvaziadas de seu conteúdo político mais profundo. Quando os vereadores discordam, discordam em termos técnicos. Quando tensionam, o fazem dentro de limites rígidos, sempre reafirmando sua adesão aos princípios de ordem, desenvolvimento e eficiência. Essa transformação do político em técnico é uma das marcas centrais do legislativo chapecoense no pós-cassação.

A relação da Câmara com o governo federal aparece de forma particularmente evidente nas interações formais registradas ao longo das atas. Um dos momentos mais significativos ocorre quando, em 1969, o vereador Rivadávia Scheffer propõe que seja enviado um telegrama ao general Emílio Garrastazu Médici, saudando-o pela sua investidura na Presidência da República. A proposta foi aprovada por unanimidade, sem qualquer manifestação de discordância, evidenciando a disposição do Legislativo chapecoense em reafirmar publicamente sua lealdade ao regime (CHAPECÓ, 1969f). Esse gesto, embora simbólico, possui relevância política profunda: não se trata apenas de uma cortesia institucional, mas de uma demonstração explícita de alinhamento com a autoridade máxima da ditadura, no auge de seu poder repressivo. O consenso automático com que o telegrama é aprovado revela que, naquele momento, a Câmara operava dentro de uma lógica em que a contestação ao governo federal não apenas não era possível — ela não era sequer imaginável. A simultaneidade de temas na mesma sessão reforça essa interpretação.

Na ata em que se aprova o telegrama ao Presidente da República, registra-se também uma intervenção de Armindo Colatto denunciando a venda de peixe deteriorado na esquina do banco Bradesco. Essa justaposição é reveladora. De um lado, o Legislativo presta homenagem ao chefe de Estado responsável pela intensificação da repressão, de outro, dedica-se à fiscalização cotidiana de problemas domésticos, como condições sanitárias de produtos alimentícios. Esse contraste expõe uma característica típica dos legislativos municipais durante a ditadura: o acoplamento entre uma política macro, autoritária e distante, e uma política micro, imediata e pragmática. A Câmara local é convocada, ao mesmo tempo, a sancionar simbolicamente o poder central e a administrar demandas do cotidiano, tornando-se elo entre dois mundos que raramente se encontram diretamente.

Outro exemplo de alinhamento federal aparece na forma como a Câmara reproduz e difunde a retórica nacional do desenvolvimento. O Plano de Desenvolvimento Integrado do Ministério do Interior é citado repetidas vezes como parâmetro para orientar políticas municipais. A ideia de que Chapecó seria um município “prioritário” dentro das ações federais cria uma atmosfera de expectativa e reforça a noção de que o sucesso futuro da cidade depende diretamente de sua capacidade de se ajustar às diretrizes e exigências técnicas do governo central. Os vereadores, ao evocar esse alinhamento como justificativa para decisões legislativas, internalizam o discurso nacional e o utilizam como critério de racionalidade política. O resultado é a legitimação de projetos que obedecem à lógica desenvolvimentista imposta de cima para baixo.

Essa adesão ao projeto nacional também se manifesta na disciplina com que a Câmara lida com denúncias envolvendo agentes públicos ou questões administrativas sensíveis. O caso envolvendo o uso indevido da ambulância municipal por funcionário identificado como Felipe Lupioski revela que, mesmo quando irregularidades eram reconhecidas, sua abordagem era cuidadosamente controlada. Em 1970, quando o vereador Antônio Menezes de Lima (MDB) argumenta que não se deve “voltar ao passado” ao investigar a irregularidade, ele expressa um temor difuso: o medo de que a abertura de um processo administrativo pudesse desencadear repercussões políticas indesejáveis (CHAPECÓ, 1970b).

Ao mesmo tempo, os mecanismos de vigilância simbólica se tornam visíveis quando os vereadores mencionam que determinados comportamentos poderiam ser interpretados como críticas ao governo estadual ou federal. O MDB, ao endossar

discursos arenistas que responsabilizam o governo estadual por falhas administrativas, demonstra que sua crítica somente é permitida quando direcionada para instâncias de poder menos perigosas. Criticar o Executivo local ou federal continuava vedado. Tal seletividade discursiva revela a existência de balizas rígidas, internalizadas pelos vereadores como parte da própria gramática política do período. A Câmara, assim, aprende a operar dentro de uma zona segura da crítica, que coincide com o campo autorizado pelo regime. Na mesma direção, é significativo observar que os momentos mais expressivos de tensão política registrados nas atas não dizem respeito a grandes projetos estruturais, mas a episódios menores, pontuais, que envolvem disputas morais ou administrativas. Em 1970, quando Scheffer criticou Sadi pela licitação do muro do cemitério — acusando-o de favorecimento a um funcionário do Magazine Vitória — a denúncia surge apenas porque o alvo já estava politicamente neutralizado (CHAPECÓ, 1970c). Nesse sentido, a Câmara opera como produtora de memória política: ao registrar críticas ao prefeito cassado, sem registrar suas defesas ou contextualizar sua administração, reforça a versão dos vencedores, naturalizando a ruptura como correção histórica.

A distribuição desigual das vozes e dos temas nas atas, portanto, não é casual. A Câmara produz um discurso que privilegia a ordem e o desenvolvimento e reprime o conflito, ao mesmo tempo em que legitima decisões que beneficiam setores específicos da elite local. A combinação entre silêncios estratégicos, aprovação unânime de projetos de impacto econômico e elogios referentes à administração configura um ambiente legislativo que não tensiona o Executivo, mas o sustenta. É possível afirmar, com base nas evidências analisadas, que o Legislativo municipal atuou como parte ativa na composição do poder oligárquico, oferecendo ao regime militar e às elites locais um espaço institucional para construir a aparência de consenso político.

A esse consenso, somam-se práticas de distinção social observáveis na maneira como os vereadores tratam determinados agentes públicos. A defesa da etiqueta e da formalidade no trato funciona como prolongamento da própria lógica de poder que estruturava as relações políticas em Chapecó. Esses pequenos gestos de autoridade, embora pareçam periféricos, revelam como a identidade política dos vereadores estava profundamente entrelaçada a uma concepção particular de status e ordem. A autoridade legislativa, nesses termos, dependia tanto do domínio simbólico quanto do domínio prático da máquina pública. No mesmo espírito, o episódio

envolvendo a tentativa de greve dos professores do Curso Científico, equivalente ao ensino secundário, evidencia a mediação direta das autoridades estaduais, como Plínio Arlindo De Nes, na época Secretário de Estado dos Negócios do Oeste, filiado a ARENA, cuja intervenção é celebrada pelos vereadores como solução eficaz do conflito. A Câmara, nesse caso, não se coloca como mediadora do problema nem como defensora dos direitos dos docentes, mas como espectadora e narradora da eficiência da intervenção estatal. O Legislativo municipal não reivindica autonomia, nem questiona as condições que levaram os professores ao limite da paralisação. A resolução do impasse é atribuída a De Nes, figura central da política regional, reforçando seu papel de líder conciliador e reafirmando a dependência estrutural entre Chapecó e o centro decisório estadual. O fato de os professores terem recorrido a ele evidencia que, naquele período, a Câmara não era reconhecida como espaço institucional capaz de intermediar conflitos sociais relevantes.

É possível perceber, a partir das atas, que a lógica desenvolvimentista orientava parte significativa das decisões legislativas, mesmo quando essas medidas poderiam impor maiores encargos à população local. Em ata de data indeterminada, referente à 16ª Reunião Ordinária da Câmara, observa-se a aprovação de uma medida que determinava que todo cidadão possuidor de terras e/ou fazendas atravessadas por estrada municipal deveria pagar uma taxa ao município (CHAPECÓ, 1970d). Embora apresentada como uma decisão vinculada à manutenção e ao desenvolvimento da infraestrutura viária, a medida também revela como o discurso do progresso podia transferir parte dos custos da modernização para os próprios moradores e proprietários atingidos pelas obras públicas. A votação, aprovada com apenas um voto contrário, do vereador Antônio Dal Piva (ARENA), indica que o interesse legislativo na ampliação e manutenção da infraestrutura municipal prevaleceu sobre possíveis preocupações com as condições econômicas da população afetada. Desse modo, a ata permite observar que o desenvolvimento também produziu tensões sociais, sobretudo quando sua execução implicava novas obrigações financeiras aos cidadãos. Nesse sentido, a lógica desenvolvimentista não aparece apenas como promessa de progresso, mas também como mecanismo de reorganização administrativa e tributária do município.

Esses episódios demonstram que a Câmara Municipal de Chapecó, entre 1969 e 1972, funcionou como instituição plenamente integrada ao sistema autoritário. Seu papel foi o de mediação subordinada. Sua linguagem e suas decisões convergem

para o fortalecimento de um projeto político que, embora apresentado como técnico e neutro, servia para estabelecer o protagonismo das elites tradicionais. O desenvolvimento, tomado como palavra-chave, substituiu o debate democrático.

A eficiência administrativa ocupou o lugar da disputa política e o silêncio, cuidadosamente mantido, tornou-se o principal vetor da estabilidade institucional. Nesse sentido, o período entre 1969 e 1972 deve ser compreendido como fase de transição. Os acordos selados, as tensões abafadas e os silêncios preservados durante esses dois anos preparam o cenário para a consolidação do projeto desenvolvimentista e autoritário que marcará Chapecó ao longo da década de 1970. O Legislativo, ao invés de contrabalançar o Executivo, converte-se em seu aliado, contribuindo para a construção de uma ordem política na qual a crítica é assimilada, o conflito é dissolvido e a aparência de consenso é cuidadosamente cultivada.

CAPÍTULO II

O Desenvolvimento como Consenso: 1973 a 1976

O final do ano de 1972 contempla ainda movimentações eleitorais situadas dentro da lógica do bipartidarismo. Conforme demonstrado nos quadros eleitorais apresentados no início deste trabalho, embora algumas mudanças pontuais possam ser observadas na composição da Câmara, certos nomes permaneceram no Legislativo municipal, assim como também se manteve a superioridade numérica da ARENA em relação ao MDB. Desse modo, o processo eleitoral não representou uma ruptura no cenário político local, mas a continuidade de uma estrutura de poder já organizada nos anos anteriores.

A normalidade administrativa também se mostra presente durante o processo eleitoral. Em ata datada de 28 de agosto de 1972, Rivadávia Scheffer e Emídio Batistello registram e comentam as homologações das chapas da ARENA e do MDB para a disputa eleitoral daquele ano. Scheffer discorre ainda sobre o desejo de que o processo ocorresse em harmonia, elemento que pode ser interpretado como parte de uma retórica política voltada à preservação de um cenário sem grandes embates (CHAPECÓ, 1972a). Assim, mesmo diante de uma eleição formalmente disputada, a linguagem utilizada nas atas reforça a ideia de ordem, equilíbrio e continuidade institucional, características que dialogam diretamente com a forma pela qual a política local era conduzida no contexto autoritário.

Em complemento às práticas administrativas observadas na atuação da Câmara, também aparecem ritos cívicos que podem ser compreendidos como instrumentos de reforço à ideia de progresso, ordem e unidade nacional. A ata de 1º de setembro de 1972, que trata especificamente da Semana da Pátria e do Sesquicentenário da Independência, demonstra essa perspectiva. Na ocasião, Ivo Patussi, em nome do Legislativo chapecoense, afirmou entender ser dever de todo brasileiro glorificar o passado e elogiar o presente (CHAPECÓ, 1972b). Ao reconhecer como dever cívico não apenas a valorização do passado, mas também o elogio ao presente, a fala revela, ao menos em parte, a legitimidade atribuída pelas autoridades locais ao governo brasileiro daquele período, reforçando a premissa de normalidade institucional mesmo em um contexto marcado pelo aprofundamento da repressão política.

Além disso, é importante situar que a sessão solene realizada em Chapecó não

aparece como acontecimento isolado. A própria ata indica que, naquela data, todas as Assembleias Legislativas deveriam realizar sessões semelhantes em homenagem à Semana da Pátria e ao Sesquicentenário da Independência. Essa determinação permite levantar uma questão importante: qual era o interesse do governo brasileiro em estimular ou solicitar a realização simultânea dessas solenidades em diferentes regiões do país?

A partir do longo discurso de Patussi, marcado pela valorização dos atos de D. Pedro I no processo de independência, é possível compreender a sessão como parte de um esforço maior de construção simbólica da unidade nacional. Ao mobilizar uma narrativa comum sobre o passado brasileiro, a cerimônia aproximava diferentes regiões do país em torno de uma mesma memória oficial, reduzindo as particularidades locais e os conflitos próprios de cada espaço. Nesse sentido, a sessão pode ser interpretada como uma tentativa de inserir Chapecó dentro de uma ideia de nação unificada, bastante conveniente ao regime civil-militar. Ainda que tal unidade não correspondesse necessariamente à realidade social e política brasileira, sua encenação pública contribuía para reforçar a imagem de consenso e estabilidade defendida pela ditadura.

O reflexo tecnicista também se mostra presente na convocação de sessão extraordinária, registrada em ata de 3 de outubro de 1972, destinada à discussão do orçamento para o exercício de 1973 e do orçamento plurianual referente ao período de 1973 a 1975 (CHAPECÓ, 1972c). O fato de tais matérias serem tratadas em reunião fora do calendário regular demonstra a centralidade atribuída ao planejamento financeiro e administrativo no funcionamento da Câmara Municipal de Chapecó. Mais do que simples procedimento burocrático, a discussão orçamentária revela a incorporação de uma racionalidade técnica, na qual a organização das receitas, despesas e metas futuras aparece como elemento fundamental para legitimar a ação do poder público. Nesse sentido, a normalidade administrativa observada nas atas também se constrói pela valorização do planejamento, da previsão orçamentária e da gestão municipal como instrumentos associados ao discurso de desenvolvimento.

A ata de 21 de novembro de 1972 demonstra uma condição interessante, que dialoga diretamente com as perspectivas situadas anteriormente neste trabalho. Mesmo tratando-se de uma sessão posterior às eleições municipais daquele ano, o interesse inicial dos vereadores não se volta imediatamente para o resultado eleitoral, mas para questões de ordem administrativa e burocrática (CHAPECÓ, 1972d).

Inicialmente, aparecem preocupações relacionadas ao encasalhamento de ruas, à contratação de empréstimos para projetos de infraestrutura e a assuntos orçamentários. Somente ao final da sessão os vereadores utilizam a palavra para elogiar a atuação de diferentes jornais durante o processo eleitoral, bem como para agradecer aos eleitores.

É significativo observar, nesse contexto, a fala de Ludovico Júlio Tozzo. Embora não tenha sido eleito, o vereador afirma que a vitória da ARENA poderia favorecer maiores reivindicações para o seu distrito. A fala permite compreender um aspecto importante da política local naquele período: a superioridade numérica da ARENA na Câmara não era vista apenas como resultado eleitoral, mas também como possibilidade de maior acesso às estruturas de poder e aos recursos administrativos. Considerando que a ARENA era o partido diretamente vinculado à sustentação política da ditadura civil-militar, sua permanência majoritária no Legislativo municipal indica, ainda que de maneira indireta, a continuidade do controle exercido sobre as formas locais de representação política.

Ainda assim, é necessário lembrar que, conforme observado nas atas, a maioria dos projetos levados à Câmara durante a década de 1970 era aprovada por unanimidade. Esse fator apresenta um indicativo importante: a ideologia desenvolvimentista do período não se restringia apenas aos aliados diretos do regime, mas também atravessava parte das premissas da oposição. Desse modo, a dinâmica legislativa chapecoense permite perceber a existência de uma oposição consentida, isto é, uma oposição que possuía espaço formal de atuação, mas que se encontrava limitada pelas condições políticas do período e, muitas vezes, subordinada ao vocabulário administrativo, técnico e desenvolvimentista que orientava as ações do poder público. Assim, mesmo havendo disputa partidária, o funcionamento cotidiano da Câmara revelava uma tendência à acomodação dos conflitos em nome da ordem, da infraestrutura e do progresso municipal.

A ata de 31 de janeiro de 1973, referente à posse dos vereadores e do Executivo municipal eleitos em novembro de 1972, revela uma sessão solene marcada pela presença de diversas autoridades (CHAPECÓ, 1973a). Entre elas, aparecem deputados estaduais e federais, além de representantes de órgãos públicos e militares, como tenentes da Polícia Militar. Um fato interessante é a presença de Serafim Bertaso, mencionado apenas como cidadão chapecoense. Ainda que não ocupasse, naquele momento, um cargo público formal registrado na ata, sua presença

demonstra como a influência das elites oligárquicas chapecoenses, neste caso representadas pela família Bertaso, continuava presente nos espaços institucionais do município.

Novamente, o aspecto burocrático torna-se visível na forma como a ata registra a cerimônia de posse. O documento descreve o processo de maneira extremamente técnica, quase como um passo a passo da solenidade. Em uma ata composta por quatro páginas, somente na parte final aparecem falas das autoridades e discursos com teor político evidente. Esse formato reforça uma característica recorrente nas atas analisadas: a política aparece, muitas vezes, revestida por uma linguagem formal, administrativa e ritualizada.

Na disputa pela presidência da Câmara, Rivadavia Scheffer, vereador mais velho da Casa e representante convicto da ARENA, foi eleito com oito votos favoráveis. A vitória de Scheffer dialoga diretamente com a superioridade numérica da ARENA no Legislativo municipal. Ainda assim, é significativo observar que Emídio Batistello, representante do MDB, foi eleito vice-presidente da Casa. Esse dado permite perceber certa correlação entre as siglas no comando do poder local. Por um lado, a presença do MDB na vice-presidência pode indicar uma tentativa da oposição de ocupar espaços institucionais e manter alguma capacidade de atuação política. Por outro, essa participação também revela os limites dessa oposição, uma vez que sua presença no comando da Câmara ocorria em condição secundária, diante de uma maioria arenista já consolidada.

Outra presença importante para esta análise é a de João Cândido Linhares, deputado federal que, em sua fala, demonstra emoção e euforia ao afirmar que os esforços dos arenistas de Chapecó haviam sido recompensados. Essa manifestação permite uma leitura interessante do cenário político local. Ao destacar os esforços do partido no município, Linhares reconhece, ainda que de forma indireta, que a vitória da ARENA não ocorreu em um espaço político vazio, mas em meio a disputas com adversários que mantinham presença relevante. Nesse sentido, mesmo com inferioridade numérica e ocupando o lugar de oposição em um contexto autoritário, o MDB aparece como força política estável no município, ainda que limitado pelas condições impostas pelo bipartidarismo e pela própria estrutura de poder sustentada pela ditadura civil-militar.

Conforme ata datada de 6 de fevereiro de 1973, outro momento significativo ocorre durante a constituição das comissões permanentes da Câmara, entre elas a

Comissão de Finanças, Orçamentos e Contas, a Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação de Leis e a Comissão de Educação, Assistência Social e Obras Públicas (CHAPECÓ, 1973b). Embora se trate de um procedimento próprio da organização interna do Legislativo, as falas de agradecimento registradas na sessão permitem observar elementos importantes da cultura política local.

Ao assumirem funções junto à Comissão de Finanças, Waldomiro Santos e Antônio Fernandes de Carvalho mobilizam uma retórica que aproxima o trabalho legislativo da ideia de desenvolvimento municipal. Waldomiro apresenta aquele momento como um primeiro passo em prol da coletividade chapecoense, sugerindo certa harmonia entre os vereadores da Casa. Antônio Fernandes de Carvalho, por sua vez, afirma sua disposição em trabalhar no sentido da união, sem distinção partidária. Essas manifestações indicam que o progresso do município era apresentado como objetivo comum, capaz de se sobrepor, ao menos no plano discursivo, às diferenças ideológico-partidárias.

Desse modo, a composição das comissões não revela apenas a distribuição de funções administrativas dentro da Câmara. Ela também evidencia a construção de uma linguagem política marcada pela conciliação, pela colaboração institucional e pela defesa do desenvolvimento local. Ainda que, na prática, as disputas partidárias continuassem presentes, o discurso registrado em ata sugere a tentativa de produzir uma imagem de unidade legislativa, na qual ARENA e MDB aparecem formalmente voltados a um mesmo propósito: o progresso de Chapecó.

Posteriormente a esse processo, as atas retornam novamente a um teor marcadamente burocrático. São constantes as sessões e requerimentos nos quais os registros se concentram em questões infraestruturais, como se observa na ata de 20 de fevereiro de 1973. Nela, aparecem informações referentes à execução de diferentes obras no município, envolvendo iluminação pública, instalação de redes elétricas, construção de mictório na praça da cidade, entre outras demandas estruturais (CHAPECÓ, 1973c).

É necessário reconhecer a importância desses registros, uma vez que eles permitem acompanhar a aplicação dos recursos públicos e as prioridades administrativas do município. Ao mesmo tempo, a recorrência desse tipo de conteúdo nas atas sugere a incorporação de uma lógica tecnicista ao funcionamento da Câmara Municipal. Desse modo, a política local aparece frequentemente mediada por uma linguagem administrativa, em que obras, serviços e procedimentos técnicos passam a

ocupar lugar central na atuação legislativa.

Ainda, o formato utilizado na redação das atas e no funcionamento da Câmara por vezes acaba ocultando informações relevantes sobre decisões que envolviam diretamente a população chapecoense. A ata de 26 de fevereiro de 1973 indica, por exemplo, a autorização para desapropriação de terras pertencentes a Severino Cella, sob a justificativa de “necessidade pública” (CHAPECÓ, 1973d). Após essa menção, no entanto, a ata é encerrada com a indicação de que não havia mais matérias na ordem do dia.

A forma como esse processo é registrado levanta uma problemática importante: qual era, afinal, a necessidade pública que justificava tal desapropriação? As atas seguintes não apresentam maiores explicações sobre o caso, tampouco indicam os desdobramentos da medida ou sua finalidade específica. Nesse sentido, a linguagem técnica e objetiva do documento, ao mesmo tempo em que formaliza a decisão, também limita a compreensão histórica do processo. A expressão “necessidade pública” aparece como justificativa suficiente no plano administrativo, mas deixa em aberto aspectos fundamentais para compreender os impactos da decisão sobre os sujeitos envolvidos.

Desse modo, o caso evidencia uma das limitações das atas como fonte histórica. Embora registrem os atos oficiais da Câmara, elas nem sempre revelam os conflitos, interesses ou consequências sociais presentes nas decisões tomadas. A técnica burocrática, nesse caso, não apenas organiza a informação, mas também produz silêncio, dificultando a identificação das motivações e dos efeitos concretos da desapropriação.

A valorização da infraestrutura como sinal de progresso também possui raízes anteriores ao período analisado neste trabalho. Ao estudar Chapecó entre 1931 e 1945, Petrolí demonstra que a modernidade local foi pensada como um projeto a ser construído no presente, ligado à abertura de ruas, aos investimentos em transporte, comunicação, energia elétrica, educação e ordenamento urbano (PETROLÍ, 2008). Desse modo, as atas da década de 1970 não inauguram essa preocupação, mas revelam sua continuidade sob novas condições políticas. No contexto da ditadura civil-militar, esse desejo de cidade moderna passa a ser articulado à linguagem tecnicista e desenvolvimentista do regime, transformando obras e melhorias urbanas em sinais de eficiência administrativa e estabilidade política.

Essa lógica se estende ao longo do ano, como se observa na ata de 8 de

outubro de 1973, em que as pautas do dia envolvem questões como limpeza de ruas, aquisição de maquinários e autorização para contratação de empréstimo destinado à suplementação do orçamento da Câmara Municipal (CHAPECÓ, 1973e). A preocupação com a limpeza urbana, embora possa ser compreendida como parte das demandas ordinárias de administração pública, também sugere um interesse voltado ao ordenamento e ao embelezamento do espaço urbano. Da mesma forma, a proposta de aquisição de maquinário, destinado ao Parque Rodoviário, reforça a centralidade atribuída à infraestrutura como eixo da atuação municipal.

O ponto problemático aparece na necessidade de recorrer a empréstimos para dar continuidade a determinadas obras e serviços. Como se tratavam de iniciativas públicas, seus custos tendiam, direta ou indiretamente, a retornar à população por meio de taxas, impostos ou outras formas de arrecadação municipal. Essa condição, somada ao fato de a Câmara ter desaprovado anteriormente propostas de isenção de impostos, sugere que os recursos arrecadados não eram suficientes para atender às demandas de infraestrutura e manutenção administrativa do município.

Quando observada em conjunto com outros episódios, como a desapropriação de terras registrada sem maiores justificativas nas atas e os processos ligados à concessão de áreas e incentivos à Sadia, essa dinâmica permite perceber uma tensão importante. De um lado, o poder público justificava suas ações pela necessidade de modernização, infraestrutura e desenvolvimento. De outro, parte dessas medidas parecia transferir custos à população, ao mesmo tempo em que determinados setores econômicos privados recebiam condições favoráveis para sua expansão. Nesse sentido, a atuação da Câmara dialoga com a lógica mais ampla do período do chamado “milagre econômico”, em que o discurso do progresso servia para legitimar políticas de modernização que nem sempre distribuem seus benefícios de maneira equilibrada entre os diferentes grupos sociais.

Essa leitura aproxima-se das conclusões de Tomasini ao analisar o jornal *Fôlha d’Oeste* entre 1967 e 1971. Para o autor, o ideal de progresso difundido em Chapecó naquele período possuía forte caráter econômico, estando associado principalmente à infraestrutura, às obras e aos empreendimentos, sem abranger de forma equivalente dimensões sociais, culturais ou de cidadania (TOMASINI, 2022). A partir disso, é possível perceber que as atas da Câmara Municipal reproduzem, no campo legislativo, uma lógica semelhante àquela identificada na imprensa local: o progresso aparece como promessa coletiva, mas seus sentidos concretos permanecem vinculados

sobretudo à modernização material e econômica do município.

Outro indicativo dessa perspectiva aparece na ata de 9 de outubro de 1973. Na mesma sessão em que a Câmara aprovou novo empréstimo para suplementação orçamentária, também foi aprovado o aumento das passagens do transporte público intermunicipal. Além disso, foram colocadas em pauta demandas relacionadas à aquisição de ambulância, construção de antena para transmissão de sinal e diversos pedidos de encascalhamento de ruas (CHAPECÓ, 1973f).

O conjunto dessas matérias revela novamente a centralidade das questões administrativas e infraestruturais no cotidiano legislativo. Ao mesmo tempo, permite observar uma tensão recorrente no período: enquanto o poder público buscava ampliar serviços, equipamentos e obras vinculadas ao desenvolvimento municipal, parte dos custos desse processo recaía sobre a própria população, como se percebe no aumento das passagens. Desse modo, a lógica do progresso aparece associada não apenas à ampliação da infraestrutura, mas também à reorganização financeira necessária para sustentá-la.

Aspecto interessante surge posteriormente na ata de 11 de outubro de 1973, quando aparece um debate que se afasta, ainda que momentaneamente, das questões estritamente ligadas à infraestrutura municipal. Nessa sessão, é registrado um ofício referente às comemorações do centenário de Plácido de Castro, figura associada à Revolução Acreana e ao processo que resultou na incorporação do Acre ao território brasileiro (CHAPECÓ, 1973g). A presença desse tema na Câmara Municipal de Chapecó permite observar como determinados personagens históricos eram mobilizados como símbolos cívicos, especialmente quando associados à defesa da pátria, à expansão territorial e à ação militar.

A valorização de Plácido de Castro chama atenção por dois aspectos. O primeiro diz respeito à aproximação cultural de Chapecó com o universo rio-grandense. Embora o município pertença administrativamente a Santa Catarina, parte significativa das famílias colonizadoras e das elites locais possuía vínculos com o Rio Grande do Sul. Nesse sentido, a homenagem a uma figura gaúcha pode ser compreendida como indício da permanência dessa influência cultural e política no espaço legislativo chapecoense. O segundo aspecto refere-se à forma como o processo histórico é apresentado. Ao glorificar Plácido de Castro como personagem central, a narrativa tende a reduzir uma experiência marcada por diferentes sujeitos, interesses e conflitos regionais à atuação de uma única liderança. Desse modo,

movimentos ligados aos seringueiros e outras dimensões sociais da região Norte acabam ficando em segundo plano.

Essa escolha não é neutra, pois reforça uma leitura da história baseada na exaltação de grandes personagens, especialmente aqueles ligados à ordem, à ação militar e à construção territorial do Estado brasileiro. No contexto da ditadura civil-militar, esse tipo de homenagem ganha maior significado. A valorização de figuras históricas associadas à força, à pátria e à unidade nacional dialogava com uma cultura política que buscava produzir símbolos capazes de legitimar o poder e fortalecer uma imagem de nação coesa. Assim, ainda que a ata trate formalmente de uma comemoração cívica, o episódio permite perceber como a Câmara também participava da reprodução de narrativas históricas convenientes ao período, nas quais os conflitos sociais eram suavizados e a unidade nacional aparecia como valor superior.

Ainda tratando sobre os debates políticos registrados nas atas, outro aspecto interessante aparece na sessão de 9 de novembro de 1973. Nela, é possível perceber, ao mesmo tempo, o interesse administrativo em glorificar determinadas figuras públicas e a forma técnica e burocrática pela qual as atas, por vezes, acabam limitando a compreensão histórica dos acontecimentos. A referida ata registra a aprovação de resolução que concede a Celso Ramos, então senador da República e ex-governador de Santa Catarina, o título honorífico de cidadão chapecoense (CHAPECÓ, 1973h).

Esse ato possui relevância diante da importância política de Celso Ramos no cenário catarinense, especialmente por sua atuação em projetos ligados à integração do estado e à ampliação da visibilidade do Oeste catarinense. No entanto, essa dimensão não aparece explicitada na ata. Nenhum vereador utiliza a palavra para justificar a homenagem, tampouco são registradas explicações sobre os motivos que levaram à concessão do título. O documento limita-se a informar a aprovação por unanimidade.

Desse modo, a ata revela novamente uma característica recorrente nos registros da Câmara Municipal: decisões politicamente significativas aparecem formalizadas em linguagem técnica, sem que seus sentidos mais amplos sejam desenvolvidos no próprio documento. A concessão do título a Celso Ramos poderia permitir reflexões importantes sobre as relações entre Chapecó, as lideranças estaduais e os projetos de integração regional. Entretanto, a ausência de debate

registrado dificulta essa interpretação a partir da ata isoladamente.

Nesse caso, o silêncio documental não significa ausência de sentido político, mas demonstra os limites de uma fonte que registra o ato administrativo sem necessariamente explicitar suas motivações. Assim, a forma burocrática de redação das atas, ao mesmo tempo em que oficializa a homenagem, oculta elementos importantes para compreender suas implicações historiográficas e políticas no contexto local.

Posteriormente, nota-se certa abertura nos discursos políticos, embora ainda condicionada a aspectos administrativos e a demandas voltadas à infraestrutura municipal. A ata de 15 de fevereiro de 1974 demonstra esse movimento ao registrar um ofício da Câmara dirigido ao governo estadual, na figura do governador Colombo Machado Salles, solicitando intervenção junto à autarquia responsável pelo fornecimento de energia elétrica para a cidade de Chapecó (CHAPECÓ, 1974a).

O fato de a iniciativa partir da Câmara, e não apenas de um vereador individualmente, demonstra, ao menos em parte, a existência de uma posição conjunta entre os legisladores diante de uma demanda considerada essencial para o município. A questão da energia elétrica aparece, nesse sentido, como pauta capaz de produzir consenso entre os pares, pois estava diretamente ligada às condições de modernização urbana, expansão econômica e melhoria dos serviços públicos.

Além disso, o encaminhamento do ofício ao governo estadual revela uma alteração importante na escala de atuação do Legislativo municipal. A Câmara não apenas registra demandas internas ou aprova medidas locais, mas também busca acionar outras esferas de poder em favor dos interesses de Chapecó. Esse movimento indica uma possibilidade de fala política, ainda que mantida dentro dos limites da linguagem administrativa e da reivindicação infraestrutural.

Desse modo, o episódio confirma novamente o desenvolvimento como ponto de convergência entre os vereadores. Mesmo quando a Câmara se dirige a instâncias superiores, sua atuação permanece organizada em torno de temas considerados técnicos e necessários ao progresso municipal. A energia elétrica, portanto, aparece não apenas como demanda de serviço público, mas como parte de um projeto mais amplo de modernização, no qual a ideia de desenvolvimento funciona como consenso político dentro da instituição.

A seguir, percebe-se uma sequência de atas comumente marcadas por um teor burocrático. De modo geral, os registros indicam os vereadores presentes e ausentes,

declaram aberta a sessão mediante a existência de quórum, informam se há ou não matérias na ordem do dia e, ao final, registram a concessão da palavra aos vereadores. Essa metodologia permite identificar com precisão a presença dos membros da Câmara e a regularidade formal das sessões, mas, ao mesmo tempo, dificulta a compreensão mais profunda dos debates e dos projetos discutidos.

Esse padrão de redação já pode ser percebido nas atas de 1970 e permanece ao longo dos anos seguintes, o que demonstra a continuidade de uma forma específica de registro institucional. A permanência de muitos dos mesmos indivíduos no Legislativo municipal também contribui para essa regularidade, uma vez que a Câmara parece conservar não apenas parte de sua composição política, mas também seus ritos, sua linguagem e sua maneira de registrar os acontecimentos. Desse modo, a burocracia presente nas atas não deve ser vista apenas como característica formal do documento, mas também como elemento que ajuda a compreender a própria cultura política da Câmara Municipal de Chapecó no período analisado.

Da mesma forma, percebe-se uma continuidade na concepção de obras infraestruturais como prioridade da administração municipal, acompanhada pela crescente necessidade de recorrer a empréstimos para viabilizar ou complementar tais iniciativas. Na ata de 4 de julho de 1974, por exemplo, é registrado um empréstimo no valor de novecentos mil cruzeiros, destinado à suplementação de itens do orçamento considerados urgentes (CHAPECÓ, 1974b). A presença desse tipo de medida reforça a ideia de que o desenvolvimento municipal, embora constantemente apresentado como objetivo comum e necessário, dependia de uma reorganização financeira permanente por parte do poder público.

Esse movimento aparece de forma complementar na ata de 5 de julho do mesmo ano, que registra a lei responsável pela criação do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CHAPECÓ, 1974c). Embora a ata não apresente maiores detalhes sobre a composição, as atribuições ou a atuação efetiva desse conselho, sua criação é significativa, pois demonstra a tentativa de institucionalizar o desenvolvimento industrial como pauta do município. A industrialização, nesse sentido, não aparece apenas como consequência espontânea do crescimento local, mas como projeto a ser planejado, incentivado e administrado pelo poder público.

A proximidade entre a autorização de empréstimos para suplementação orçamentária e a criação de um órgão voltado ao desenvolvimento industrial permite observar uma característica importante da política municipal naquele período. A

Câmara não apenas aprovava obras e demandas pontuais de infraestrutura, mas também participava da construção de uma estrutura administrativa voltada à modernização econômica de Chapecó. Desse modo, o discurso desenvolvimentista ganhava forma concreta por meio de leis, conselhos, créditos e investimentos, ainda que as atas nem sempre esclareçam os impactos sociais ou os interesses específicos envolvidos nesse processo.

Em continuidade aos aspectos que permitem compreender a Câmara como um espaço de atuação consentida e, em certos momentos, marcada por uma aparência de harmonia entre seus membros, destacam-se os processos internos realizados no ano de 1975. Na ata de 5 de fevereiro daquele ano, Waldomiro Santos é eleito presidente da Câmara Municipal por unanimidade entre os vereadores, em reunião que contou com a presença de todos os representantes eleitos (CHAPECÓ, 1975a). O fator da unanimidade é significativo, pois sugere uma perspectiva de consonância entre as diferentes partes do Legislativo, ainda que isso não signifique, necessariamente, a inexistência de divergências políticas ou de alianças plenamente consolidadas.

A própria fala de Waldomiro Santos reforça essa leitura, ao afirmar que sua eleição refletia a união de todos os vereadores da Casa. Tal manifestação não deve ser observada apenas como agradecimento formal, mas como parte de uma linguagem política recorrente nas atas, na qual a ideia de unidade aparece como valor positivo e desejável. Em um contexto de bipartidarismo controlado, no qual ARENA e MDB ocupavam posições distintas dentro da estrutura política, a valorização pública da união contribuía para produzir uma imagem de estabilidade institucional e de funcionamento ordeiro da Câmara.

Esse clima harmônico também se manifesta em outras falas registradas na mesma data. Emídio Batistello, representante do MDB, elogia a nova Mesa Diretora e afirma que, na condição de líder da oposição, estaria sempre ao lado do presidente da Câmara. A fala é relevante porque evidencia os limites e as características da oposição naquele espaço. Embora o MDB ocupasse formalmente o lugar de partido oposicionista, sua atuação aparece, nas atas, frequentemente associada à colaboração institucional e ao respeito às diretrizes gerais da Casa. Desse modo, a oposição não desaparece, mas atua dentro de margens bem delimitadas, evitando confrontos diretos que pudessem romper a aparência de consenso.

Na mesma sessão, as saudações dirigidas a Rivadávia Scheffer por completar

vinete anos de atuação como vereador reforçam essa cultura política marcada por homenagens, reconhecimento público e valorização da permanência institucional. A celebração de sua trajetória não apenas destaca a importância individual de Scheffer no Legislativo chapecoense, mas também demonstra como determinadas lideranças continuavam ocupando espaços centrais na política local ao longo dos anos. Essa permanência contribuía para a reprodução de práticas, discursos e formas de relação já consolidadas dentro da Câmara.

Assim, o clima harmonioso registrado na ata de 5 de fevereiro de 1975 revela aspectos importantes do funcionamento político da Câmara Municipal de Chapecó. Uma vez estabelecida a lógica desenvolvimentista como horizonte comum, os debates mais acalorados parecem perder espaço diante de uma cultura legislativa voltada à conciliação, à continuidade administrativa e à defesa do progresso municipal. A existência de diferentes siglas não impedia a construção de discursos comuns, sobretudo quando estavam em pauta a ordem institucional, a infraestrutura e o desenvolvimento local.

Desse modo, a harmonia registrada nas atas não deve ser entendida apenas como sinal de cordialidade entre os vereadores, mas como parte de uma dinâmica política mais ampla. Ela expressa uma forma de funcionamento em que a oposição possuía espaço formal de existência, mas frequentemente se apresentava ajustada aos limites impostos pela própria estrutura institucional. Nesse sentido, a atuação do MDB pode ser compreendida como uma oposição consentida, que participava do jogo político local, mas de modo condicionado, muitas vezes colaborando para a manutenção da aparência de unidade e estabilidade que interessava ao poder constituído.

Apesar de, posteriormente, as atas retomarem um tom predominantemente burocrático, algumas situações registradas merecem atenção. Em ata de 6 de fevereiro de 1975, Rivadavia Scheffer, agora na condição de líder da ARENA, uma vez que já não ocupava mais a presidência da Câmara, solicita o envio de ofício ao prefeito municipal tratando da necessidade de aumento salarial aos servidores públicos. Em sua fala, Scheffer indica uma situação aflitiva, marcada pelo aumento do custo de vida, que teria atingido cerca de 34% (CHAPECÓ, 1975b). O episódio é significativo porque revela uma das contradições do discurso desenvolvimentista sustentado durante a ditadura civil-militar: ao mesmo tempo em que o progresso era apresentado como horizonte comum e incontestável, seus efeitos não se distribuíam

de maneira equilibrada entre a população.

A menção ao aumento do custo de vida permite perceber que a lógica do desenvolvimento, constantemente mobilizada nas atas por meio de obras, aquisição de maquinários, abertura e encascalhamento de ruas, eletrificação e investimentos em infraestrutura, também produzia consequências sociais que começavam a atingir o cotidiano dos trabalhadores. Nesse caso, a preocupação com os servidores municipais demonstra que a crise econômica não era uma abstração distante, mas um problema concreto que chegava ao município e passava a interferir nas condições de vida daqueles que dependiam dos salários pagos pelo poder público.

Essa análise torna-se ainda mais relevante quando observada em conjunto com outras práticas recorrentes da Câmara. Ao longo das atas, são frequentes as autorizações para empréstimos, suplementações orçamentárias, aquisição de bens e serviços, além de políticas voltadas à ampliação da infraestrutura municipal. Do mesmo modo, aparecem concessões e incentivos a setores privados considerados estratégicos para o desenvolvimento local, como no caso das medidas favoráveis à expansão industrial. Entretanto, raramente as atas problematizam os custos sociais dessas escolhas. A preocupação aparece quando o aumento do custo de vida já se apresenta como problema imediato, mas não há, no registro, uma reflexão mais ampla sobre a relação entre as decisões legislativas, o endividamento público, as prioridades administrativas e os impactos sobre a população.

Nesse sentido, a fala de Scheffer evidencia uma contradição importante. Como representante da ARENA e apoiador de uma lógica política alinhada ao regime militar, o vereador reconhece os efeitos de uma realidade econômica que também era resultado do próprio modelo de desenvolvimento defendido nacionalmente pela ditadura. O chamado “milagre econômico”, embora sustentado pelo discurso de modernização e crescimento, produziu desequilíbrios que atingiram diferentes camadas da sociedade. Ainda que os setores populares tenham sido os mais prejudicados, a crise também alcançava trabalhadores vinculados ao poder público e, de modo indireto, os próprios grupos que sustentavam politicamente aquela ordem.

O que chama atenção, contudo, é que a Câmara não parece discutir essa situação como consequência de uma política econômica mais ampla. O aumento do custo de vida é tratado como problema administrativo a ser encaminhado ao Executivo, e não como sintoma de uma estrutura de desenvolvimento desigual. Desse modo, novamente, a ata registra a existência do problema, mas limita sua

interpretação ao campo burocrático. A questão social aparece, mas sem romper completamente a linguagem técnica que orientava o funcionamento legislativo.

Ainda assim, mesmo diante da crescente dificuldade econômica influenciada pela inflação e pelo aumento dos preços, a Câmara seguia priorizando medidas ligadas à infraestrutura. São constantes os registros sobre patrôas, tratores, encascalhamento de ruas, redes elétricas e demais investimentos materiais. Pouco se discute, no entanto, sobre os custos que essas escolhas geravam à população ou sobre a forma como tais recursos seriam compensados no orçamento municipal. De certa forma, o discurso desenvolvimentista aparece como superior aos demais aspectos da vida social, apagando ou reduzindo questões relacionadas às condições econômicas, sociais e culturais do município.

Assim, a ata de 6 de fevereiro de 1975 permite compreender que o desenvolvimento, longe de ser uma categoria neutra, funcionava como eixo organizador das prioridades políticas da Câmara. Ao mesmo tempo em que justificava obras e investimentos, também ocultava tensões produzidas por esse próprio modelo. A fala de Scheffer, ao reconhecer o aumento do custo de vida, revela uma fissura nesse discurso de progresso: a modernização continuava sendo defendida, mas seus limites começavam a aparecer no cotidiano daqueles que sustentavam a administração municipal e viviam os efeitos concretos da economia do período.

Do mesmo modo, as atas do ano de 1976 revelam que não houve alteração significativa na lógica de funcionamento da Câmara Municipal de Chapecó. Permanecem recorrentes os registros sobre tratores, reparos em estradas, encascalhamento, abertura de vias e até mesmo doações de terras, demonstrando a continuidade de uma agenda administrativa fortemente vinculada à infraestrutura e ao desenvolvimento material do município (CHAPECÓ, 1976a). Entretanto, mesmo diante da repetição dessas pautas, não se percebe, nas atas, uma tentativa mais aprofundada de debate sobre os projetos de lei, seus impactos sociais ou os custos que tais decisões poderiam gerar à população.

Essa ausência de questionamento revela a permanência de uma lógica já observada desde o início da década de 1970. A Câmara funcionava dentro de uma dinâmica em que o desenvolvimento era apresentado como necessidade evidente, quase incontestável. Obras, máquinas, estradas e investimentos eram tratados como expressões naturais do progresso municipal, sem que fossem acompanhados, ao menos nos registros oficiais, de discussões mais amplas sobre quem se beneficiava

diretamente dessas ações e quem arcava com seus custos. Assim, o discurso da modernização passava a ocupar o lugar do debate político.

Nesse sentido, o asfalto pode ser compreendido como uma metáfora importante para analisar o período. Ele aparece como símbolo de avanço, integração e superação do atraso, mas também funciona como uma espécie de pano de fundo capaz de encobrir necessidades sociais e econômicas mais profundas. A promessa de progresso, materializada em obras e melhorias urbanas, acabava deslocando para segundo plano questões relacionadas às condições de vida da população, ao peso dos impostos, ao endividamento público e à distribuição desigual dos benefícios produzidos por esse modelo de desenvolvimento.

Desse modo, mesmo que a população não percebesse imediatamente tais dilemas, ou mesmo que eles não aparecessem de forma explícita nas atas, seus efeitos se faziam presentes no cotidiano municipal. O regime autoritário difundia a ideia de progresso como justificativa para suas ações, mas raramente tornava visível quem pagaria por esse progresso ou quais grupos seriam mais favorecidos por ele. Em Chapecó, a Câmara Municipal participou dessa engrenagem ao transformar obras e infraestrutura em linguagem comum de legitimação política, preservando a aparência de consenso enquanto os impactos sociais permaneciam pouco discutidos.

Assim, as atas de 1976 reforçam a conclusão de que a lógica desenvolvimentista não foi apenas uma característica passageira do início da década, mas um padrão contínuo de atuação legislativa. Ao longo dos anos, a Câmara manteve uma rotina marcada pela aprovação de medidas administrativas, pela valorização da infraestrutura e pela baixa problematização dos conflitos sociais. O progresso, nesse contexto, aparece menos como resultado democrático de um debate coletivo e mais como discurso legitimador de uma ordem política que priorizava a modernização material, mesmo quando esta ocultava desigualdades, custos e silêncios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas com base nas atas da Câmara de Vereadores do município de Chapecó, Santa Catarina, entre os anos de 1969 e 1976, é possível perceber a presença de elementos relacionados ao contexto autoritário da ditadura civil-militar nas práticas políticas locais. Esses elementos não aparecem, necessariamente, por meio de discursos explícitos de adesão ao regime, mas se manifestam em práticas administrativas, ritos institucionais, silêncios documentais e na forma como determinados temas foram registrados ou deixaram de ser aprofundados nas atas.

Um dos aspectos mais evidentes está na adoção de uma linguagem burocrática e técnica, que organiza a maior parte dos registros legislativos. Esse formato, embora próprio da documentação oficial, limita a compreensão dos debates políticos e dificulta a identificação dos conflitos presentes nas decisões tomadas pela Câmara. Muitas vezes, as atas registram apenas a abertura da sessão, a verificação de quórum, a leitura de expedientes, a votação de projetos e o encerramento dos trabalhos, sem apresentar com maiores detalhes as justificativas, divergências ou impactos sociais das medidas aprovadas. Desse modo, o documento preserva a formalidade administrativa, mas nem sempre permite compreender plenamente o sentido político das decisões.

Essa dinâmica torna-se ainda mais significativa quando observamos a recorrência de ofícios, projetos de lei e demandas voltadas à aquisição de tratores, patrôas, veículos oficiais, iluminação pública, abertura e encasalhamento de ruas. Tais medidas eram apresentadas como parte do desenvolvimento municipal e respondiam a necessidades concretas de infraestrutura. No entanto, as atas raramente indicam de forma aprofundada quais grupos seriam diretamente beneficiados, quais custos seriam assumidos pela população ou de que maneira essas políticas dialogavam com demandas sociais mais amplas. Assim, a lógica do asfalto, do maquinário e da obra pública aparece como linguagem central da atuação legislativa, funcionando como expressão de progresso e, ao mesmo tempo, como forma de reduzir a visibilidade de outras necessidades sociais e econômicas.

Também é possível perceber que os benefícios produzidos por essa lógica não se distribuem de maneira uniforme. Em determinados momentos, a Câmara negava ou restringia isenções tributárias a indivíduos ou grupos locais, enquanto em outros

autorizava concessões, doações de terras e incentivos voltados a setores empresariais considerados estratégicos para o crescimento econômico do município. Essa diferença não deve ser compreendida apenas como contradição pontual, mas como parte de uma racionalidade administrativa voltada à industrialização, à infraestrutura e à atração de investimentos. Nesse sentido, o poder público local parecia operar dentro de uma concepção de desenvolvimento que privilegiava determinados projetos econômicos, ainda que seus custos e efeitos sociais nem sempre fossem debatidos de forma explícita.

A ausência de debates mais profundos nas atas permite dois caminhos de interpretação. O primeiro seria considerar que a Câmara funcionava em relativa harmonia, com alinhamento entre os vereadores na maior parte dos projetos, já que raramente aparecem votos contrários ou questionamentos extensos nos registros. No entanto, essa leitura precisa ser problematizada. A cassação de Sadi José de Marco, os limites impostos às manifestações de oposição e os episódios em que determinadas discussões foram deslocadas para o campo da formalidade indicam que essa harmonia não pode ser compreendida apenas como consenso espontâneo.

Nesse sentido, é possível pensar que a ditadura civil-militar produziu efeitos sobre as formas de atuação política local. A interferência do regime nas instituições, a cassação de lideranças e o controle exercido por meio dos Atos Institucionais criaram um ambiente no qual a divergência precisava ser administrada com cautela. A oposição, embora presente formalmente por meio do MDB, atuava dentro de limites bastante definidos. Sua permanência na Câmara dependia, em parte, da capacidade de participar do jogo institucional sem se apresentar como ameaça direta à ordem estabelecida.

Esse consenso, portanto, não deve ser entendido como ausência total de conflito, mas como uma forma de acomodação política. Para os vereadores da oposição, atuar dentro da institucionalidade podia significar preservar algum espaço de participação e influência, evitando confrontos que pudessem gerar consequências políticas mais graves. Ao mesmo tempo, essa postura também demonstra que parte da lógica administrativa e desenvolvimentista era compartilhada entre ARENA e MDB, especialmente quando se tratava de obras, infraestrutura e modernização municipal.

As conclusões aqui apresentadas dialogam com a análise de Tomasini sobre o jornal Fôlha d'Oeste, na medida em que também indicam a predominância de um ideal de progresso associado ao crescimento econômico e à infraestrutura. Se na imprensa

local esse progresso aparecia como linguagem de valorização do município, nas atas da Câmara ele se apresenta como prática administrativa e legislativa. Em ambos os casos, observa-se que a promessa de modernização nem sempre vinha acompanhada de uma discussão proporcional sobre seus efeitos sociais ou sobre os grupos que permaneciam à margem desse processo (TOMASINI, 2022).

Dessa forma, a Câmara Municipal de Chapecó aparece como espaço de uma oposição consentida e de um consenso construído em torno do desenvolvimento. A política local não deixou de existir, mas passou a ser frequentemente mediada por uma linguagem técnica, administrativa e conciliatória. O conflito, quando aparecia, era suavizado ou deslocado para procedimentos formais. O progresso, por sua vez, surgia como justificativa comum para decisões que nem sempre eram acompanhadas de debate sobre seus custos sociais. Assim, as atas permitem compreender como o autoritarismo se manifestou no município não apenas por meio da repressão direta, mas também pela produção de normalidade, pela valorização da ordem e pela transformação do desenvolvimento em horizonte político aparentemente incontestável.

FONTES

CHAPECÓ (SC). Câmara Municipal. Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Chapecó, 1969-1970. Arquivo do Poder Legislativo de Chapecó, Chapecó.

CHAPECÓ (SC). Câmara Municipal. Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Chapecó, 1970-1972. Arquivo do Poder Legislativo de Chapecó, Chapecó.

CHAPECÓ (SC). Câmara Municipal. Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Chapecó, 1972-1973. Arquivo do Poder Legislativo de Chapecó, Chapecó.

CHAPECÓ (SC). Câmara Municipal. Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Chapecó, 1973-1977. Arquivo do Poder Legislativo de Chapecó, Chapecó.

CHAPECÓ (SC). Câmara Municipal. Ata da sessão ordinária de 11 de agosto de 1969. Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Chapecó, 1969-1970. Arquivo do Poder Legislativo de Chapecó, Chapecó, 1969a.

CHAPECÓ (SC). Câmara Municipal. Ata da sessão ordinária de agosto de 1969, referente à discussão sobre gabinete dentário ambulante. Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Chapecó, 1969-1970. Arquivo do Poder Legislativo de Chapecó, Chapecó, 1969b.

CHAPECÓ (SC). Câmara Municipal. Ata da sessão ordinária de 20 de outubro de 1969. Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Chapecó, 1969-1970. Arquivo do Poder Legislativo de Chapecó, Chapecó, 1969c.

CHAPECÓ (SC). Câmara Municipal. Ata da sessão ordinária de 18 de agosto de 1969. Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Chapecó, 1969-1970. Arquivo do Poder Legislativo de Chapecó, Chapecó, 1969d.

CHAPECÓ (SC). Câmara Municipal. Ata da sessão ordinária referente ao voto de louvor ao juiz da comarca. Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Chapecó, 1969-1970. Arquivo do Poder Legislativo de Chapecó, Chapecó, 1969e.

CHAPECÓ (SC). Câmara Municipal. Ata da sessão ordinária referente ao envio de telegrama ao general Emílio Garrastazu Médici. Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Chapecó, 1969-1970. Arquivo do Poder Legislativo de Chapecó, Chapecó, 1969f.

CHAPECÓ (SC). Câmara Municipal. Ata da sessão referente ao Processo nº 104/70, relativo à aquisição de terras destinadas à Sadia S/A. Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Chapecó, 1970-1972. Arquivo do Poder Legislativo de Chapecó, Chapecó, 1970a.

CHAPECÓ (SC). Câmara Municipal. Ata da 16ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Chapecó, 16 de outubro de 1970. Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Chapecó, 1970-1972. Arquivo do Poder Legislativo de Chapecó, Chapecó, 1970b.

CHAPECÓ (SC). Câmara Municipal. Ata da sessão ordinária referente à discussão sobre a licitação do muro do cemitério municipal. Livro de Atas das Sessões da

Câmara Municipal de Chapecó, 1970-1972. Arquivo do Poder Legislativo de Chapecó, Chapecó, 1970c.

CHAPECÓ (SC). Câmara Municipal. Ata da 16ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Chapecó, data não identificada. Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Chapecó, 1970-1972. Arquivo do Poder Legislativo de Chapecó, Chapecó, 1970d.

CHAPECÓ (SC). Câmara Municipal. Ata da sessão legislativa de 2 de fevereiro de 1971. Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Chapecó, 1970-1972. Arquivo do Poder Legislativo de Chapecó, Chapecó, 1971a.

CHAPECÓ (SC). Câmara Municipal. Ata da sessão ordinária de 28 de agosto de 1972. Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Chapecó, 1972-1973. Arquivo do Poder Legislativo de Chapecó, Chapecó, 1972a.

CHAPECÓ (SC). Câmara Municipal. Ata da sessão solene de 1º de setembro de 1972, referente à Semana da Pátria e ao Sesquicentenário da Independência. Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Chapecó, 1972-1973. Arquivo do Poder Legislativo de Chapecó, Chapecó, 1972b.

CHAPECÓ (SC). Câmara Municipal. Ata da sessão extraordinária de 3 de outubro de 1972. Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Chapecó, 1972-1973. Arquivo do Poder Legislativo de Chapecó, Chapecó, 1972c.

CHAPECÓ (SC). Câmara Municipal. Ata da sessão ordinária de 21 de novembro de 1972. Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Chapecó, 1972-1973. Arquivo do Poder Legislativo de Chapecó, Chapecó, 1972d.

CHAPECÓ (SC). Câmara Municipal. Ata da sessão solene de posse de 31 de janeiro de 1973. Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Chapecó, 1972-1973. Arquivo do Poder Legislativo de Chapecó, Chapecó, 1973a.

CHAPECÓ (SC). Câmara Municipal. Ata da sessão ordinária de 6 de fevereiro de 1973. Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Chapecó, 1972-1973. Arquivo do Poder Legislativo de Chapecó, Chapecó, 1973b.

CHAPECÓ (SC). Câmara Municipal. Ata da sessão ordinária de 20 de fevereiro de 1973. Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Chapecó, 1972-1973. Arquivo do Poder Legislativo de Chapecó, Chapecó, 1973c.

CHAPECÓ (SC). Câmara Municipal. Ata da sessão ordinária de 26 de fevereiro de 1973. Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Chapecó, 1972-1973. Arquivo do Poder Legislativo de Chapecó, Chapecó, 1973d.

CHAPECÓ (SC). Câmara Municipal. Ata da sessão ordinária de 8 de outubro de 1973. Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Chapecó, 1973-1977. Arquivo do Poder Legislativo de Chapecó, Chapecó, 1973e.

CHAPECÓ (SC). Câmara Municipal. Ata da sessão ordinária de 9 de outubro de 1973. Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Chapecó, 1973-1977. Arquivo do Poder Legislativo de Chapecó, Chapecó, 1973f.

CHAPECÓ (SC). Câmara Municipal. Ata da sessão ordinária de 11 de outubro de 1973. Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Chapecó, 1973-1977. Arquivo do Poder Legislativo de Chapecó, Chapecó, 1973g.

CHAPECÓ (SC). Câmara Municipal. Ata da sessão ordinária de 9 de novembro de 1973. Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Chapecó, 1973-1977. Arquivo do Poder Legislativo de Chapecó, Chapecó, 1973h.

CHAPECÓ (SC). Câmara Municipal. Ata da sessão ordinária de 15 de fevereiro de 1974. Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Chapecó, 1973-1977. Arquivo do Poder Legislativo de Chapecó, Chapecó, 1974a.

CHAPECÓ (SC). Câmara Municipal. Ata da sessão ordinária de 4 de julho de 1974. Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Chapecó, 1973-1977. Arquivo do Poder Legislativo de Chapecó, Chapecó, 1974b.

CHAPECÓ (SC). Câmara Municipal. Ata da sessão ordinária de 5 de julho de 1974. Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Chapecó, 1973-1977. Arquivo do Poder Legislativo de Chapecó, Chapecó, 1974c.

CHAPECÓ (SC). Câmara Municipal. Ata da sessão ordinária de 5 de fevereiro de 1975. Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Chapecó, 1973-1977. Arquivo do Poder Legislativo de Chapecó, Chapecó, 1975a.

CHAPECÓ (SC). Câmara Municipal. Ata da sessão ordinária de 6 de fevereiro de 1975. Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Chapecó, 1973-1977. Arquivo do Poder Legislativo de Chapecó, Chapecó, 1975b.

CHAPECÓ (SC). Câmara Municipal. Atas das sessões ordinárias da Câmara Municipal de Chapecó referentes ao ano de 1976. Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Chapecó, 1973-1977. Arquivo do Poder Legislativo de Chapecó, Chapecó, 1976a.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

HASS, Monica. *Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo de poder local (1945-1965)*. Chapecó: Argos, 2000.

HASS, Monica; SILVA, Claiton Márcio da. *Sadi José de Marco: memórias de uma caminhada singular*. Curitiba: Editora CRV, 2020.

SILVA, Claiton Márcio da. *Dos braços do povo à espada dos militares: os anos de chumbo na Fronteira Sul (1964-1970)*. Florianópolis: Pandion, 2014.

SILVA, Claiton Márcio da; HASS, Monica. “O Oeste catarinense não pode parar aqui”: política, agroindústria e uma história do ideal de progresso em Chapecó (1950–1969). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 338–374, jul./ago. 2017.

PETROLI, Francimar Ilha da Silva. *Um “desejo de cidade”, um “desejo de modernidade” (Chapecó, 1931-1945)*. 2008. 171 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

TOMASINI, Eduardo Luiz. *Jornal “Fôlha D’Oeste”: a construção de um ideal de progresso em Chapecó – SC (1967-1971)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2022.

SANTA CATARINA. Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Coordenadoria de Gestão da Informação. Resultado de eleições 1969: eleições municipais: candidatos eleitos. Florianópolis: TRE-SC, [1969]. Disponível em: https://apps.tre-sc.jus.br/e-docsweb/documento/edoc1786110/resultado_eleicao_arquivo_1969_1.pdf. Acesso em: 4 jun. 2026.

SANTA CATARINA. Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Coordenadoria de Gestão da Informação. Resultado de eleições 1972: eleições municipais: candidatos eleitos. Florianópolis: TRE-SC, [1972]. Disponível em: https://apps.tre-sc.jus.br/e-docsweb/documento/edoc1786668/resultado_eleicao_arquivo_1972_1.pdf. Acesso em: 4 jun. 2026.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Acervo da Comissão Nacional da Verdade. Brasília, DF: Comissão Nacional da Verdade, 2015. Disponível em: <https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/acervo.html>. Acesso em: 14 jun. 2026.